

Denis Berté Sálvia

**VITIMIZAÇÃO E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA EM
AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao curso de Ciências Sociais
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Bacharel em Ciências Sociais
Orientador: Prof. Dr. Erni José Seibel

Florianópolis

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sálvia, Denis Berté
Vitimização e sensação de segurança em ambiente
universitário / Denis Berté Sálvia ; orientador, Erni José
Seibel - Florianópolis, SC, 2015.
106 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. vitimização. 3. sensação de
segurança. 4. campi. I. Seibel, Erni José. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais.
III. Título.

Denis Berté Sálvia

**VITIMIZAÇÃO E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA EM
AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2015.

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche, Dr.
Coordenador do curso

Banca examinadora:

Prof. Erni José Seibel, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcelo Simões Serran Pinho, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Minha relação com os estudos, com o conhecimento e mesmo com a educação de maneira geral, é resultado de muita dedicação afetiva de meu pai e minha mãe. À essas figuras tão amadas, que tornaram minha trajetória de aprendizado inseparável de minha trajetória de vida, eu agradeço: muito obrigado ao meu pai, Felipe Sálvia, e à minha mãe Aida Berté, pelo amor e por serem como são comigo, espero que a conclusão desse trabalho represente mais um passo dado nessa caminhada.

Agradeço à minha grande companheira, Cláudia Regina, pessoa tão especial que amo tanto, que passou por tantos momentos importantes da minha vida desde antes do início da graduação em Ciências Sociais, e que durante minha graduação foi muito aberta para dar bons pitacos em meus trabalhos. Nosso filho João é a pessoa mais encantadora que eu pude conhecer até hoje, e a ele também agradeço: obrigado, filho.

Em relação mais estrita com a trajetória na Universidade Federal de Santa Catarina e com a produção deste trabalho, agradeço primeiro ao meu orientador de pesquisa, o professor Erni José Seibel, sempre dedicado e presente, disposto a colaborar e auxiliar, foi quem me mostrou a importância de se pensar a sociedade de maneira séria e aplicada por diferentes maneiras, atentando para a interdisciplinaridade.

Agradeço ao Seibel como professor e coordenador do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP), e a todo o pessoal que tive contato nesse grande ambiente de pesquisa e aprendizado,

principalmente: Marcos Rogério dos Santos (grande Marcão, grande amigo, te agradeço), Gabriela Cardozo, Felipe Monteiro, Evelyn e professor Marcelo Pinho. Também me sinto agradecido pela disposição e auxílio do professor Tiago Borges. Grande parte dos resultados que alcancei e que julgo muito importantes em minha trajetória acadêmica aconteceram em decorrência de meu envolvimento e trabalho com o pessoal do NIPP. Grato ao núcleo NIPP/UFSC!

Por fim, obrigado aos graduandos de outros cursos e colegas, amigos que me auxiliaram em “campo” durante a realização deste trabalho. Agradeço a Josi Carvalho e Josi Paseti do curso de História, Carolina Simões da Filosofia, Fafá Capela das Ciências Sociais, Isadora Pompeo Grando do curso de Psicologia, Diego Luiz Warmling também da Filosofia, Laura da Geologia e Diego Rabelo da graduação em Museologia, e a todos os alunos que contribuíram com suas críticas e sugestões ao questionário teste, aplicado e respondido em aula com o professor Tiago Borges.

RESUMO

As pesquisas sobre vitimização são importantes ferramentas complementares às estatísticas oficiais utilizadas para estudos acerca da criminalidade, violência e segurança. Ao mesmo tempo que servem de complemento para aprimoramento das informações sobre segurança, as pesquisas de vitimização que mobilizam variáveis sobre a sensação de segurança das populações propiciam outros caminhos da pesquisa. Com a intenção de verificar a possível relação entre ter sido vítima de determinado crime e insegurança, este trabalho teve como objetivos: produzir e avaliar um questionário adequado para pesquisar a vitimização e sensação de segurança em ambientes universitários; levantar dados sobre crimes ocorridos em diferentes espaços que tiveram como vítimas alunos ou seu círculo de relacionamento; verificar a distribuição dos crimes segundo características das vítimas; verificar a possível relação entre vitimização e sensação de segurança; verificar a possível relação entre uso de mídia e sensação de insegurança. Após criar e aplicar o questionário, foi possível criar um banco de dados que posteriormente passou por diferentes análises através do software IBM SPSS. Além de verificar as relações entre vitimização e sensação de segurança, e de sensação de insegurança e uso de mídia, foi possível confirmar a utilidade da ferramenta pesquisa de vitimização como complemento às informações oficiais sobre segurança, além de demonstrar importantes aspectos ligados ao diferencial na distribuição dos crimes investigados, segundo diferentes características das vítimas.

Palavras-chave: vitimização; sensação de segurança; campi.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Forma de envio, número de envios e de respostas, por curso.....	57
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição percentual quanto grau de segurança em casa e turno.....	61
Figura 2: Distribuição percentual quanto grau de segurança no bairro e turno.....	62
Figura 3: Distribuição percentual quanto grau de segurança na UFSC e turno.....	63
Figura 4: Distribuição percentual dos alunos vítimas por tipo de crime.....	70
Figura 5: Distribuição percentual da experiência de vitimização por discriminação.....	72
Figura 6: Distribuição percentual da experiência de vitimização por ofensa ou abuso sexual.....	74

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	O CONTEXTO TEÓRICO.....	19
2.1	Primeiras Abordagens: Biológicas, Psicológicas e Positivistas.....	20
2.2	Teorias Criminológicas e Sociológicas Sobre Crime e Desvio.....	22
3.	ESTUDAR A SEGURANÇA PÚBLICA.....	33
3.1	As Pesquisas Sobre Vitimização.....	36
3.2	Vitimização e Segurança Em Campi Universitários.....	48
4.	COMO AVALIAR A RELAÇÃO ENTRE VITIMIZAÇÃO E SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA?	51
5.	ANÁLISE DOS DADOS.....	59
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	89
	ANEXO I.....	95
	APÊNDICE I.....	97

1. INTRODUÇÃO

A vitimização e a percepção sobre a sensação de segurança das populações podem ser consideradas como indicadores apropriados para avaliação, gestão e formulação de políticas públicas, assim como os riscos percebidos sobre o crime são indicadores do bem-estar das comunidades (CARDOSO et al., 2013, p. 145).

Por vitimização, no contexto deste trabalho, entende-se a situação em que uma pessoa percebe a si ou algum conhecido como vítima de determinado crime ou violência, e a sensação de segurança representa significa como a pessoa se sente em relação à sua segurança, em diferentes ambientes, de dia e à noite. Esses são dois termos com significados e condicionantes bem diferentes, e as variáveis que caberão a cada um também se diferem, indicando impactos diferentes no trabalho com políticas públicas.

Ambos os indicadores são utilizados em pesquisas de vitimização, que são importantes instrumentos para pensar e avaliar políticas públicas (CATÃO, 2008; LEMGRUBER, 2001). Esse tipo de pesquisa se tornou crucial para se pensar políticas de segurança pública em muitos países e algumas já foram realizadas no Brasil, porém, não de maneira regular como a metodologia determina para investigações mais amplas, possíveis de serem realizadas após a constituição de uma série histórica de pesquisa.

Essas pesquisas possibilitam produzir informações que servem de complemento aos dados oficiais, assim como auxiliam no levantamento de informações sobre crimes que acontecem com as pessoas através da

abordagem às vítimas, e possibilitam verificar se há correspondência com a sensação de segurança, ou insegurança. Ainda complementam os dados oficiais no sentido de possibilitar a confirmação ou o contraponto das estimativas criminais quando postas em comparação com os registros das agências oficiais de segurança (CARNEIRO, 2007). Os problemas com as estatísticas oficiais estão presentes na literatura da área há muito tempo (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, 2010), e recentemente a importância das pesquisas de vitimização passou a ser reconhecida pelos envolvidos com a temática da segurança pública no Brasil e em outros países.

Um dos fatores que se pode incluir como fonte do aumento de estudos e pesquisas na área da segurança pública é o aumento da “violência urbana”. Pensar no crime ou criminalidade e em determinados tipos de violências que ocorrem nas cidades é algo possível de realizar através de diferentes perspectivas e maneiras, o que acaba contribuindo para que se aumente cada vez mais o número de abordagens que compõem o interdisciplinar “campo” de pesquisa em segurança pública no Brasil (CARDOSO et al., 2013).

O Brasil é um país violento, como se pode observar nas estatísticas sobre mortalidade no país (MONTEIRO, 2009) porém, como defende Wieviorka, a sensação de violência detém um caráter subjetivo, “pois esta é aquilo que em um dado momento uma pessoa, um grupo, uma sociedade considera como tal” (WIEVIORKA, 2004, p.2, *apud* CARDOSO et al., 2013, p. 146).

Nas cidades, os espaços das universidades são, em maior ou menor grau, lugares onde ocorrem crimes e/ou atos de violência. O aumento da atenção destinada ao tema da segurança é indiscutível, e o

mesmo ocorre em relação à segurança nos campi universitários. Desta maneira, o objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa sobre a vitimização e sensação de segurança dos alunos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2015.

Foi elaborado um questionário estruturado visando verificar uma possível relação entre ter sido vítima de um crime e a sensação de segurança ou insegurança decorrente deste evento. Além disso, procurou-se verificar se o uso de mídia seria outro fator a exercer influência sobre a sensação de insegurança da amostra.

Por fim, o questionário ainda possibilitou levantar uma série de crimes que ocorreram com alunos ou seus conhecidos, em diferentes locais, e verificar possíveis diferenças na distribuição desses ocorridos segundo diferentes características individuais utilizadas como parâmetros. Essa perspectiva “criminológica” possibilitou demonstrar a efetividade da pesquisa de vitimização como ferramenta complementar às estatísticas oficiais, considerando que um primeiro passo para se pensar políticas de segurança eficazes é ter em mãos informações variadas e confiáveis.

Essas pesquisas também possuem seus problemas, como a possibilidade de as pessoas mentirem ou omitirem informações em suas respostas, além disso existem limitações técnicas e metodológicas, fazendo com que as pesquisas de vitimização não sirvam como fonte única no levantamento de informações sobre segurança. No entanto, as estimativas sobre vitimização dessas pesquisas tendem a ser mais altas em relação às estatísticas oficiais (MANUAL ON VICTIMIZATION

SURVEYS, 2010), o que leva a reflexão sobre o porquê de as pessoas não denunciarem muitos crimes e sobre o quanto isso pode comprometer a confiabilidade dos dados oficiais.

2. O CONTEXTO TEÓRICO

Os estudos do crime e do desvio estão presentes em trabalhos de diferentes autores da sociologia e são abordados através de diferentes perspectivas analíticas e com diferentes objetivos. Segundo Anthony Giddens (2012, p.665), duas disciplinas distintas, mas semelhantes estão envolvidas no estudo do crime e do desvio: a criminologia e a sociologia do desvio. A primeira é tida como disciplina interdisciplinar, onde interessam as técnicas para investigar crimes, tendências em taxas criminais e políticas de redução da criminalidade. Já a sociologia do desvio baseia-se na pesquisa criminológica, mas investiga aspectos que vão além das leis criminais.

Enquanto o crime é definido geralmente como uma forma ou tipo de infração a alguma lei existente e para qual existe uma sanção pré-definida a ser aplicada, o desvio, em sociologia, pode ser considerado como uma forma de desconformidade às regras ou a um conjunto de normas que são aceitas em dada sociedade, sejam estas legalmente definidas ou não. O desvio e o crime não são sinônimos, embora em muitos casos se sobreponham. O conceito de desvio é mais amplo ao conceito de crime, que se refere apenas à conduta que contraria a lei (GIDDENS, 2012, p.665). Ao se pensar através do conceito de desvio, deve-se trazer à tona não apenas a questão sobre qual regra ou norma foi burlada, mas também pensar em termos de *quem produz a regra ou norma*.

2.1 Primeiras Abordagens: Biológicas, Psicológicas e Positivistas

As primeiras abordagens do crime e desvio focaram nos praticantes de crimes através de perspectivas biológicas, onde se destaca a investigação acerca da figura do criminoso. Esse tipo de abordagem tem como expoente o criminologista italiano Cesare Lombroso (1836 – 1909), que produziu estudos defendendo ser possível identificar criminosos a partir de características físico-anatômicas. A obra de Lombroso, embora considerada totalmente ultrapassada atualmente, suscitou outros estudos no século 20 que procuraram relacionar o tipo físico das pessoas com a tendência a cometer crimes, relacionando, por exemplo, o fato de alguém ter o porte físico avantajado com a probabilidade de cometer um ato violento. Conforme aponta Giddens (2012), as abordagens biológicas não foram capazes de explicar por que as pessoas cometem crimes.

Posteriormente, algumas explicações psicológicas da criminalidade procuraram responder a essa questão. Esse tipo de abordagem também busca a resposta unicamente no indivíduo e não em outros aspectos da sociedade, com a diferença que enquanto a explicação biológica se concentra em aspectos físicos que levariam os indivíduos ao crime, a psicologia considera tipos de personalidade (Ibid., p.664). Essa forma de abordagem também se mostrou insuficiente para sustentar seus pressupostos.

Tanto a abordagem biológica quanto a psicológica puras presumiam que o crime ou desvio era um sinal de algo de errado com o indivíduo que praticou o crime, e desconsideraram qualquer influência da sociedade ou meio no qual os criminosos ou desviantes estão inseridos.

Essa característica de estudar e entender as causas dos crimes visando sua prevenção já estava presente na criminologia biológico-psicológica, e pode ser considerada de natureza positivista (Ibid., p. 664).

O “positivismo”, segundo Scott (2010), é um dos termos mais exageradamente utilizados em sociologia, sendo frequentemente utilizado como termo pejorativo para designar abordagens quantitativas ou empíricas que supostamente ignoram subjetividades e distintos papéis da *ação social*, ou seja, ignorem aspectos normalmente considerados por abordagens interpretativas que focalizam na ação individual e seus significados. Contudo, aponta Scott, o termo descreve a abordagem metodológica de August Comte (1798 – 1857), desenvolvida por Emile Durkheim (1858 – 1917) em *As regras do método sociológico*¹ (2007), e diz respeito a uma ênfase na busca de objetividade através de métodos práticos rigorosos, de maneira a evitar ideias e moldes ideológicos pré-concebidos, sem oposição direta ao estudo das ações individuais.

Segundo Giddens, a criminologia positivista clássica, que acreditava ser possível revelar verdades básicas do crime e desvio através da aplicação de métodos científicos “naturais” [adotados das ciências naturais], produziu pesquisas com o objetivo de explicar o crime partindo da análise das causas individuais, visando prevenir ou erradicar a criminalidade.

¹ A primeira edição foi publicada em 1895.

2.2 Teorias Sociológicas e Criminológicas Sobre Crime e Desvio

Na sociologia do desvio e na criminologia pode-se considerar algumas teorias como as mais influentes: as funcionalistas, as interacionistas, as teorias do conflito e as teorias do controle. Estas apresentam suas próprias subdivisões e possuem grande amplitude tanto na vertente sociológica quanto na puramente criminológica. A intenção aqui é apenas apresentar as quatro teorias principais, algumas com suas ramificações, visando introduzir as principais vertentes de pensamento que, de maneira isolada ou em combinação com outras, influenciam de maneira direta ou indireta muitos trabalhos de pesquisa sobre vitimização ou criminalidade atualmente.

Teorias Funcionalistas

As teorias funcionalistas consideram o crime e o desvio como resultados de tensões estruturais e de falta de regulação moral na sociedade, e o comportamento desviante se explica em função da disparidade entre desejos e a possibilidade da sua realização (Giddens, 2012). Emile Durkheim (1977) introduziu o conceito de “anomia” para se referir à falta de padrões claros para orientar comportamentos da “vida social”. Para Durkheim, o crime e o desvio eram considerados “fatos sociais” normais e necessários nas sociedades modernas. Ele considerava que o crime e o desvio tinham duas funções: uma “adaptativa”, que oferecia desafios e novas ideias na sociedade o que possibilitaria mudanças sociais e culturais, e uma função de “manutenção” da ordem entre o que seria esperado e o que seria indesejado na sociedade, ou seja, um ato criminoso levaria a sociedade a

tomar uma atitude coletiva, o que aumentaria a solidariedade do grupo e levaria ao esclarecimento sobre as normas (GIDDENS, 2012), aumentando a coesão da sociedade.

Dentro da corrente funcionalista, Robert K. Merton (1957 apud GIDDENS, 2012, p. 667) utilizou-se do conceito de *anomia* para explicar o crime em função de contradições na estrutura da sociedade norte-americana, ou seja, ele procurou explicar o crime como produto de tensões entre valores culturais das pessoas e a desigual distribuição de oportunidades legítimas dentro da sociedade. É de grande relevância até hoje a questão trazida por Merton sobre o porquê de, mesmo com o enriquecimento das sociedades, as taxas criminais continuaram aumentando.

Ele demonstrou que as escolhas individuais sempre estão inseridas dentro de um contexto social mais amplo, onde a distribuição das oportunidades é diferencial, o que afeta as decisões conforme o lugar na sociedade ocupado pelos diferentes grupos. Sua explicação confrontou com válidas críticas as explicações biológicas e psicológicas do crime e desvio, no entanto, recebeu severas críticas por confiar demais nas estatísticas oficiais, por inferir que a “classe baixa trabalhadora” tenderia à criminalidade e, principalmente, por se concentrar demais em respostas individuais sem considerar a importância das “*subculturas*” na manutenção do comportamento desviante.

As primeiras explicações funcionalistas que consideraram a ideia de “*subcultura*” analisaram a “delinquência” entre jovens nas décadas de 1950 e 1960, e consideravam as subculturas como soluções coletivas

para problemas estruturais causados pelos diferenciais de posição de classe e pela anomia. Alguns estudos realizados nos anos 50 e 60 nos Estados Unidos defendiam que os jovens da classe trabalhadora se uniam às gangues para reagir à discriminação que sofriam pela classe média e seus valores predominantes. Foram consideradas muito importantes as obras de Albert Cohen (1955 apud GIDDENS, 2012, p. 666), Richard A. Cloward e Lloyd E. Ohlin (1960 apud GIDDENS, 2012, p.666). Todos esses autores, incluindo Merton, podem ser criticados por presumirem que os valores da classe média são aceitos em todas as sociedades e por suporem que a disparidade entre aspirações e oportunidades ocorre apenas entre os menos privilegiados (GIDDENS, 2012).

Hoje, as explicações “*subculturais*” do crime e desvio recebem muitas críticas, seja por simplificar explicações através de dualismos problemáticos ou por ser incapaz de captar as formações culturais contemporâneas, mas, mesmo com esses limites, a ideia de subcultura em sociologia ainda não se esgotou (CARRABINE, 2010).

Teorias Interacionistas

A preocupação central dessa corrente é com a interação entre indivíduos e as formas pelas quais eles constroem significados para definir dadas situações, ou para agirem de determinadas maneiras (SCOTT, 2010). Os sociólogos que estudam o crime e o desvio dentro dessa tradição concebem o desvio como um fenômeno socialmente construído (GIDDENS, 2012). Destacam-se dentro dessa corrente os trabalhos de Erving Goffman e Howard Becker, os quais rejeitam a ideia de que existem comportamentos inerentemente desviantes e se

perguntaram *como e por que alguns comportamentos são considerados desviantes e outros não*.

A abordagem do desvio através da perspectiva da rotulação/etiquetagem (*labelling approach*) é uma das mais importantes da teoria interacionista. Ela é uma das derivações da abordagem “ecológica” da criminalidade desenvolvida na Universidade de Chicago entre as décadas de 1920 e 1930. De acordo com Howard Becker (2009, p.22), essa perspectiva mostra que:

“Grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal”.

Atualmente, após receber críticas consistentes desde os anos 1970, principalmente devido à baixa quantidade de trabalhos que comprovem suas proposições empiricamente, a teoria da rotulação tende a ser “reconsiderada” de maneira a responder às questões críticas

levantadas por outros pensadores sobre a rotulação e sua relação com crime e desvio (BECKER, 2009).

Teorias de conflito

Dentro das teorias de conflito a ideia de “nova criminologia” recebe destaque a partir do livro *The New Criminology*, de Taylor, Walton e Young (1973 apud GIDDENS, 2012, p. 671). Essa obra diferenciou-se das teorias anteriores e seus autores apoiavam-se em elementos do pensamento marxista, rejeitando a ideia de que o desvio é “determinado” por fatores como biologia, personalidade, anomia ou rotulação, pelo contrário, defendiam que as pessoas escolhem de maneira deliberada e ativa o comportamento desviante, em resposta às desigualdades do sistema capitalista (GIDDENS, 2012).

De maneira geral, os teóricos do conflito se concentram nas tensões, divisões e contradições presentes em sociedades humanas, defendendo que a desigual oferta e o valor dos recursos na sociedade geram conflitos entre os grupos que disputam para ter acesso e controlar esses recursos, o que remete à concepção “materialista” da história, desenvolvida por Karl Marx, e que influenciou muitos teóricos do conflito.

Stuart Hall e outros autores do *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies (BCCCS)* realizaram um importante estudo sobre o crime do “assalto” no início da década de 1970 na Grã-Bretanha. Vários assaltos passaram a ser divulgados nessa época e os assaltantes costumavam ser retratados como negros, contribuindo para a ideia que os imigrantes estavam trazendo a degradação da sociedade. Posteriormente, Hall e colaboradores de pesquisa denominaram essa

situação como “pânico moral”, que era incentivado pelo Estado e pela mídia e que visava nada além de desviar a atenção das falhas estruturais mais profundas da sociedade, perceptíveis no aumento do desemprego e no declínio salarial (GIDDENS, 2012).

Outros criminologistas da época abordaram a formação e uso das leis na sociedade, argumentando que elas são ferramentas que servem aos poderosos na manutenção de suas posições de privilégio. Rejeitando a ideia de “neutralidade” da lei, portanto, atacando as bases da “Justiça”, alegavam que à medida que aumentam as desigualdades entre a “classe dominante” e a “classe trabalhadora”, mais perceptível fica o uso da lei pelo grupo dominante visando manter a “ordem” (Ibidem).

Essa abordagem traz à tona a reflexão sobre o aumento da repressão e opressão promovidas pelo sistema de justiça criminal contra “infratores” da classe trabalhadora, enquanto que outros grupos, detentores de diferentes tipos de poder, ao infringirem a lei raramente são monitorados ou presos. Outro ponto relevante a ser considerado nessa abordagem foi a legislação fiscal, que sobrecarrega os trabalhadores enquanto favorece os mais ricos. Essa desproporcionalidade na distribuição da justiça pode ser percebida nas ações de combate ao crime de “colarinho branco”, que pode trazer muitas implicações e dificuldades aos agentes da lei que, muitas vezes, tenderão a concentrar seus esforços “nos membros menos poderosos da sociedade, como prostitutas, usuários de drogas e ladrões insignificantes” (GIDDENS, p. 672, 2012).

Na década de 1980 uma nova abordagem da criminologia popularizou-se, o que Anthony Giddens (2012) denomina como

“realismo de esquerda”, ou “nova esquerda”. Segundo o autor, essa linha concentra-se nas vítimas de crimes e visa o envolvimento prático da criminologia no controle da criminalidade e em políticas sociais. O “realismo de esquerda” seguia ideias da “nova criminologia”, mas se distanciava das ideias dos denominados “idealistas de esquerda”, os quais foram acusados de romantizar o desvio e minimizar o problema “real” da criminalidade (Ibid. 672).

O realismo de esquerda chamou a atenção para o aumento nas taxas oficiais de criminalidade e defendia que os cidadãos deveriam, sim, se preocupar com essa realidade. Essa abordagem criminológica defendia o estudo das vítimas argumentando que isso proporcionava uma visão mais confiável sobre o nível real de criminalidade do que as estatísticas oficiais.

O estudo das vítimas revelou o crime como um problema sério, e os realistas de esquerda demonstraram como as taxas de criminalidade e de vitimização se concentravam nos bairros marginalizados habitados por grupos pobres da sociedade, os quais tinham mais risco de serem vítimas de crimes do que outros. O conceito de “exclusão social” retrata ideias da abordagem do realismo de esquerda entrelaçado com a ideia de “subcultura”, e possibilita evidenciar a desigual distribuição das chances de se tornar uma vítima ou cometer um crime (GIDDENS, 2012).

O realismo de esquerda expressa uma abordagem mais pragmática e direcionada para políticas públicas, diferente de muitas outras perspectivas que o precederam, e justamente nesse ponto residem grandes críticas a esse enfoque. Os críticos apontam que, embora seja importante o foco nas vítimas, o aspecto individual e limitado por discussões políticas e na mídia sobre os “problemas do crime”, faz com

que algumas formas de criminalidade se tornem visíveis, enquanto outras seguem negligenciadas, como aquelas cometidas pelo Estado ou por grandes corporações (Ibidem).

Segundo críticos dessa abordagem, estes cederam espaço demais à criminologia com foco em políticas públicas, o que teria atrapalhado o aspecto radical da nova criminologia, que postula sua interpretação da criminalidade em relação com problemas estruturais dos sistemas capitalistas, como a concentração de renda e desigualdades sociais (Ibidem).

Teorias Do Controle

Essas teorias consideram o crime como resultado do desequilíbrio entre motivações para a atividade criminal e os controles que podem impedir o crime. Os teóricos do controle partem da teoria da *ação racional* e defendem a ideia que “criminosos” são seres racionais e egoístas que agem visando suas gratificações, ao menos que se possa impedi-los. Por essa perspectiva, conforme a oportunidade, todos podem cometer atos desviantes, ou seja, ao perceber alguma oportunidade de obter uma vantagem, as pessoas realizam um cálculo de benefícios potenciais *versus* risco, e decidem sobre o que fazer (Giddens, 2012).

No final da década de 1970, aponta Giddens, o sucesso eleitoral de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos levou a produção de perspectivas e ações vigorosas de “lei e ordem” em relação ao crime nos dois países. Essa abordagem é descrita por Giddens (2012) como “realismo de direita”, e foi com a eleição de George W. Bush para presidente dos Estados Unidos que ela se mostrou

mais influente. Os teóricos dessa abordagem defendem que alguns fatores são responsáveis pelo aumento da criminalidade e delinquência: degeneração moral; colapso da família nuclear e das comunidades; o declínio da responsabilidade individual devido à dependência pelo Estado de bem-estar social e pela educação liberal (GIDDENS, 2012). Para os realistas de direita o desvio é uma “patologia” individual, o que permite que se desconsidere outras abordagens teóricas sobre crime e desvio, em especial aquelas que relacionam o crime à pobreza e às desigualdades de classe.

Pela perspectiva do “realismo de direita”, a prevenção do crime envolve a “administração” do risco da criminalidade, o que leva à ideia de “fortalecimento do alvo” e “sistemas de vigilância” como maneiras de diminuir riscos de se tornar uma vítima e garantir a proteção de grupos. O fortalecimento do alvo envolve aumentar a segurança de alvos potenciais de maneira a prevenir crimes, e a vigilância envolve esquemas de policiamento de bairro e a instalação de circuitos fechados de televisão, seja em residências, espaços residenciais, ou espaços públicos. Essas técnicas pertencem à abordagem conhecida como “prevenção situacional do crime” (GIDDENS, 2012), que consiste em adaptar pessoas ou ambientes para prevenir ou evitar crimes.

Essas técnicas costumam ser favorecidas pelos legisladores, já que são fáceis de se introduzir em conjunto com técnicas já existentes de policiamento, o que possibilita transmitir uma “sensação de segurança” à população, que imaginam que essas medidas são decisivas contra o crime. No entanto, como essas técnicas não lidam com as causas menos percebidas da criminalidade, como desigualdades sociais, pobreza e desemprego, elas terminam por proteger apenas certos segmentos da

população contra o crime, enquanto deslocam a delinquência para outros lugares (Ibidem).

Resulta disso o que Giddens (2012) expõe como “bolhas de segurança”, que são espaços públicos como parques, bibliotecas e até ruas extremamente vigiadas de maneira a responder ao “sentimento de insegurança” da população mais ampla através da exclusão de certas categorias de pessoas desses espaços. Assim, as forças policiais tendem a ser ampliadas em razão do aumento da criminalidade, ou devido aos clamores públicos por mais segurança.

Em alguns países, as técnicas de fortalecimento de alvos combinadas com as políticas de “tolerância zero” são as preferidas entre políticos, e reduziram o crime em alguns contextos. Essas políticas são voltadas para crimes pequenos e desvios de conduta, como embriaguez e perturbação da ordem. Acredita-se que essa repressão de pequenos delitos, em especial os mais aparentes, ajudem a diminuir a ocorrência de crimes maiores e mais sérios, porém, por não lidarem com as causas subjacentes do crime, por fim contribuem para proteger apenas certos grupos sociais (Ibidem).

Com essas medidas acompanha o gosto e a procura crescente por medidas particulares e individuais de segurança, como cães de guarda, cercas elétricas, travas e alarmes residenciais e automotivos cada vez mais elaborados, armas e dispositivos letais e não letais, contribuindo para a construção do que alguns autores denominam sociedade “armada”, localizadas principalmente nos países mais economicamente desiguais, trazendo à tona uma “mentalidade de fortaleza” entre os privilegiados (DAVIS, 2006, apud GIDDENS, 2012).

O fortalecimento de alvos e as políticas de tolerância zero têm base na teoria das “janelas quebradas” (WILSON, J.; KELLING, G., 1982, apud GIDDENS, 2012), que defende que qualquer sinal de desordem social nas comunidades incentivará outros crimes (GIDDENS, 2012, p.675). Essa teoria tem suas raízes em pesquisa realizada na década de 1960 e publicada em 1969 pelo psicólogo social norte-americano Philip Zimbardo, atualmente professor na Universidade de Stanford (EUA), que fez a seguinte experiência: ele deixou alguns carros abandonados sem placa e com o capô aberto em duas regiões contrastantes, uma região pobre e outra abastada, em duas cidades diferentes dos Estados Unidos. Nos dois casos, pessoas de diferentes classes e raças, quando percebiam que ninguém se importava com aqueles carros, paravam e faziam algum tipo de vandalismo com o veículo.

Embora utilizada desde a década de 1980 em estratégias de policiamento contra crimes menores, a teoria das janelas quebradas apresenta uma importante falha justamente nesse ponto: a polícia e seus agentes são responsáveis por identificar o que significa “desordem social” e, sem uma definição sistemática sobre o que isso significa, qualquer coisa pode ser sinal de desordem, e as forças policiais decidirão quem representa (ou não) ameaça potencial (GIDDENS, 2012).

3. ESTUDAR A “SEGURANÇA-PÚBLICA”

A temática da segurança pública² adquiriu grande importância nas últimas décadas no Brasil e em outros países. Isso se verifica ao observar a atenção dirigida ao assunto nas agendas governamentais dos diferentes níveis de governo (CUNHA, 2009; MONTEIRO, 2009) assim como está explícito no aumento do número de trabalhos acadêmicos de diversas áreas científicas que abordam vários aspectos da temática segurança pública, principalmente ligados ao tema da violência (CARDOSO et al., 2015).

Pode-se afirmar que o aumento da “violência urbana”, tratando-se de um grande e variado conjunto de fenômenos que ocorrem nas cidades, é um dos fatores, talvez o principal, a contribuir para que a segurança pública alcançasse esse atual patamar de importância.

De acordo com Cardoso et al. (2015), além da emergência do fenômeno da violência urbana nas últimas décadas, deve-se considerar outros fatores que contribuem para o papel especial que a segurança pública vem adquirindo, como a falta de institucionalização das políticas de segurança pública, quando comparada aos campos da saúde ou educação. Diferente da saúde ou educação, campos que também

2 A definição do que se denomina grosso modo como “segurança pública” ainda não é consensual entre pesquisadores, mesmo com o aumento de trabalhos científicos inscritos nessa temática. Conforme apontam Cardoso et al. (2015), a constituição do que se pode denominar como “campo” da segurança pública ainda está a existir e demanda trabalhos de pesquisa.

possuem seus diversos problemas, mas onde as políticas já estão institucionalizadas, o campo da segurança é ainda algo em constituição.

Segundo Cardoso et al. (2015), que aponta para os casos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), as tentativas de implantar políticas de segurança e seus sucessivos fracassos, seja na redução efetiva da criminalidade ou na ampliação de instituições de caráter democrático, têm levado a indagações sobre as capacidades dos governos em diferentes níveis federativos no enfrentamento à “violência urbana”, fenômeno que envolve tanto a sociedade civil quanto instituições de Estado, como as polícias.

Trabalhar com a temática segurança pública é uma tarefa ampla e complexa devido ao grande número de questões problemáticas associadas ao tema, como as relacionadas à violência urbana, ao sistema penal ou prisional, às instituições policiais, a questão das políticas de segurança que envolvem a proposição ou avaliação de políticas públicas.

Conforme será apresentado posteriormente neste trabalho, é consensual entre os pesquisadores que produziram os trabalhos aqui estudados o necessário aprimoramento dos sistemas de informação de justiça criminal que servirão de base para pesquisas, assim como é necessário levantar informações de maneira alternativa para complementar as estatísticas oficiais.

Informações sobre segurança e criminalidade e as “cifras obscuras”

Um dos fatores que dificultam a tarefa de trabalhar a segurança e pensar em políticas públicas é a ausência ou má qualidade das informações, ou dados, fornecidos pelos órgãos de segurança oficiais. Há tempos as diferentes variáveis que interferem na qualidade desses dados se tornaram objeto de discussões e estudos (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, 2010).

Ao pesquisar a segurança através dos indicadores de criminalidade oficiais, tais como o número absoluto ou taxa de crimes cometidos em determinado período ou região, entre outros, corre-se o risco de conduzir pesquisas apoiadas em estatísticas falsas ou incorretas. Isso se deve, em parte, ao que se denomina “cifras obscuras” (*dark numbers*), casos de crimes que ocorreram e que não foram notificados junto às instituições oficiais de segurança.

Isso ocorre, principalmente, pois há um grande número de crimes os quais não são registrados pelas vítimas em boletins de ocorrência por diferentes motivações: porque não se tem tempo, porque não se confia nas instituições policiais, porque se acredita que não adiantaria nada, porque considera-se o evento sem gravidade, etc (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, 2010).

Além disso, as estatísticas oficiais centralizam em suas contas apenas os tipos de crimes “oficiais”, já estabelecidos socialmente e reconhecidos pelo Estado, o que pode possibilitar ocultamento de situações ou casos de diferentes tipos de violência, ainda não oficiais, mas que ocorrem nas sociedades. Ainda, hoje em dia é amplamente

reconhecido o fato que as fontes administrativas isoladamente não podem fornecer uma análise suficientemente confiável e abrangente de crime por conta própria (Ibidem).

3.1 As Pesquisas Sobre Vitimização

Na intenção de superar o entrave da má qualidade dos dados oficiais ou para criar um possível contraponto a essas informações, assim como para possibilitar uma compreensão mais precisa sobre a violência e criminalidade, muitos países realizam regularmente pesquisas de vitimização.

Essa ferramenta permite levantar informações que servem de parâmetro comparativo em relação a alguns dados oficiais, assim como auxiliam em investigações mais abrangentes mobilizando outros indicadores, como a percepção sobre a sensação de segurança ou o grau de confiança nas instituições policiais, entre outros, ampliando, por sua vez, a utilidade e relevância dessa ferramenta na produção ou análise de políticas públicas de segurança.

Segundo Cardoso et al (2013), a vitimização³ e a percepção sobre a sensação de segurança mostram-se como indicadores apropriados e relevantes para a formulação, avaliação e gestão de políticas públicas,

3 Por vitimização entende-se a situação em que uma pessoa percebe que foi vítima de um crime/delito. Em linguagem jurídica a vitimização pode ser dividida em primária, secundária e terciária, sendo que uma pessoa pode se perceber vitimizada nos três níveis em um mesmo evento. A primária diz respeito ao evento criminal, a secundária conforme a resposta recebida pelas agências de segurança e a terciária diz respeito às reações pessoais da vítima nos diferentes meios sociais que se envolve, como família, trabalho, etc.

assim como auxiliam a identificar o grau de confiança das pessoas em relação às instituições policiais ou, de maneira geral, de justiça criminal.

Segundo os autores, as pesquisas nacionais sobre vitimização fornecem uma valiosa fonte para compreender o nível e a natureza da criminalidade do local, assim como os riscos percebidos sobre o crime servem de indicadores do bem-estar da “comunidade”, destacando que a sensação de segurança, entre outros fatores, exerce influência direta e indireta sobre a qualidade de vida da população. (CARDOSO et al., 2013).

Os autores apontam para o fato que as pessoas diretamente afetadas por uma negativa sensação de segurança podem sofrer perdas financeiras ou materiais, psicológicas e emocionais, já que o medo do crime pode restringir suas vidas de muitas maneiras. Paralelamente, o crime resulta em custos econômicos significativos para além das vítimas, pois induz a criação de mais leis e amplia custos de negócios e gastos para a segurança residencial nas cidades (Ibidem), embora, ao mesmo tempo, o crime e a insegurança contribuem para uma vasta rede de empresas que oferecem diferentes produtos e serviços e que geram emprego e renda para as populações das cidades, e contribuem com impostos para os governos.

Pesquisas sobre vitimização e sensação de segurança

Sensação de segurança é o termo adotado em algumas pesquisas sobre vitimização, enquanto em outras adota-se “sentimento de insegurança”, entre outros, sendo diversas as “causas” desse sentimento a serem investigadas. Essa sensação de segurança, ou sentimento, pode

ser investigada em relação ao crime (medo de ser vítima de roubo, homicídio, etc.), ao tempo de vida ou da morte (medo de morrer de maneira geral), também quanto à situação política em determinado território, etc.

No que se refere especificamente à violência e criminalidade, são vários os condicionantes apontados por Cardoso et al (2013) como válidos para compreender os diferentes níveis da sensação de segurança: o crescimento da criminalidade, a urbanização, a mídia e a chamada “espetacularização” da violência, fatores culturais como a religião, atributos individuais como renda, gênero, idade, etc.

No Brasil até o presente momento foram realizadas poucas pesquisas de vitimização, sendo que a maioria não contempla o aspecto da sensação de segurança em sua formulação⁴, e não existem pesquisas realizadas de maneira regular a nível nacional atualmente.

Algumas pesquisas de vitimização realizados no brasil

Leandro Carneiro (1999) discorre sobre a importância de pesquisas de vitimização frente a um quadro de desvalorização e desconfiança das informações oficiais, além da ausência de um sistema unificado de informações criminais:

“Repetidas críticas têm sido formuladas contra o uso de estatísticas do sistema judicial e policial nas interpretações dos atos criminais. Os

4 Para ver a lista completa das pesquisas de vitimização já realizadas no Brasil até 2013, ver Cardoso et al. (2013, p. 148).

dados coletados junto às agências policiais e judiciárias, normalmente utilizados para explicar as tendências do crime e as características dos criminosos nos estudos sociológicos de inspiração funcionalista, expressariam muito mais a lógica operacional do sistema de segurança e justiça e os valores dos operadores deste sistema do que propriamente os movimentos da criminalidade” (CARNEIRO, 1999, p. 166).

Entre os resultados de pesquisa realizada pelo autor no Rio de Janeiro destaca-se a predominância de vitimização pelo crime de roubo, o que também foi verificado em outros estudos. Depois, o autor aponta para a necessidade de desagregação das informações levantadas sobre violência contra a pessoa onde se utiliza a variável “agressão física”, e esta deve ser dividida de maneira a verificar a diferença entre os locais onde ocorre a agressão, principalmente a distinção entre a ocorrência na residência ou outros locais.

Também é marcante a conclusão que o autor apresenta sobre o elemento de distinção da vitimização no Rio de Janeiro quando em comparação com outros estados, outras cidades da América Latina, e com outros lugares do mundo: dentro do conjunto de “crimes materiais” do Rio de Janeiro encontra-se alta vitimização por “extorsão por agentes públicos” (CARNEIRO, 1999). Pergunta-se: como seria possível

perceber e, principalmente, mensurar, esse tipo de evento senão por pesquisa de vitimização? O autor sugere a importância dessas pesquisas para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa de caráter quantitativo sobre o crime e a violência, com vistas a inferir sobre as causas desses fenômenos.

Em trabalho posterior (CARNEIRO, 2007) o autor procurou analisar como pesquisas de vitimização podem contribuir nas intervenções públicas de redução do crime, demonstrando a importância desses levantamentos para complementar demais sistemas de informações de segurança pública, concluindo o trabalho com uma série de recomendações para o aprimoramento do sistema de informações criminais através da utilização de dados de pesquisa de vitimização, além de sugestões particulares para a produção dessas pesquisas, sua aplicação e análise dos dados resultantes.

Julita Lemgruber (2001) apontou problemas de trabalhar com a temática da criminalidade e dos meios de controlá-la na ausência de pesquisas de vitimização, apontando a precariedade das informações e problemas implicados. A autora discute sobre a dificuldade de mensurar e, portanto, de avaliar o problema da violência e criminalidade no Brasil dado a insuficiente informatização do Sistema de Justiça Criminal, e sem pesquisas de vitimização regulares a nível nacional ou mesmo em níveis menores, nos quais as pesquisas realizadas existentes não são padronizadas, impedindo a comparação entre estados ou regiões.

A autora mostra a dificuldade de determinar a dimensão das “cifras obscuras”, sendo estas o número de casos não relatados às polícias, e da “taxa de atrito”, que é a diferença entre número de crimes cometidos levantados por pesquisa de vitimização e o número de

condenações a penas privativas de liberdade executadas pelo Sistema de Justiça Criminal (LEMGUBER, 2001). Suas ideias revelam a necessidade, do ponto de vista metodológico, de realizar levantamento e análises que contemplem variáveis micro e macrosociais⁵.

Beato, Peixoto e Andrade (2004) ao discorrerem sobre crime e violência no Brasil, apresentam e defendem a investigação sobre o “ambiente de oportunidade para a ocorrência de delitos” (p. 73), remetendo às pesquisas ambientais ou “ecológicas” da criminalidade. A abordagem produzida se apoia unicamente em dados individuais, levantados através de pesquisa de vitimização, e é assim brevemente descrita:

“Uma abordagem da criminalidade
toma a vítima como objeto de estudo,

5 Monteiro (2009), ao discorrer sobre a “etiologia” do crime (simplificadamente: o estudo das causas dos crimes), aponta que as teorias interpretativas e explicativas sobre o crime e suas causas podem ser divididas em dois grandes eixos temáticos: teorias do crime, e teorias da sociedade aplicadas ao crime. As primeiras consideram o crime como objeto concreto de análise, recorrendo à utilização de variáveis *microsociais*, ou seja, procuram compreender o crime conforme as diferenças dos indivíduos envolvidos, sejam estes os praticantes do crime ou suas vítimas. As teorias da sociedade aplicadas ao crime apoiam-se em teorias mais amplas da sociedade, relacionando por vezes fatores econômicos ou políticos e recorrendo, portanto, a variáveis *macrosociais*. Porém, conforme apontou Monteiro (2009), trabalhos que mobilizam os dois tipos de variáveis não são excludentes.

buscando investigar como o estilo de vida do indivíduo e as oportunidades geradas por ele influenciam a probabilidade de vitimização. Esse enfoque é baseado nas teorias de “estilo de vida” (*life-style models*) e “oportunidades” (*opportunity models*) [...]” (BEATO, PEIXOTO, ANDRADE, 2004, p.75).

Outro trabalho que Beato realizou, também através da perspectiva ecológica ou ambiental, e juntamente com Silva (BEATO; SILVA, 2013), visa avaliar a associação entre contexto do bairro e medo do crime, mais especificamente, “avaliar os fatores que influenciam a “ecologia social do medo” no ambiente urbano” (p. 157). Os dados analisados foram levantados por pesquisa de vitimização realizada em 2006 pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG), aplicada em Belo Horizonte e outros municípios da respectiva região metropolitana, tendo como população-alvo os residentes com idade igual ou superior a 15 anos.

Yolanda Catão (2008) apresentou interessantes notas metodológicas sobre pesquisas de vitimização, discorrendo sobre o obstáculo para se interpretar o fenômeno da criminalidade no Brasil devido à falta de integração entre as bases de dados e as dificuldades de acesso às fontes de informação criminal.

A autora procurou demonstrar como a pesquisa de vitimização serve como maneira alternativa e complementar [às estatísticas oficiais] para mensurar a criminalidade, mobilizando informações obtidas junto

às vítimas, visando reduzir o problema da “subnotificação” ao mesmo tempo em que se explora e estima o número de casos subnotificados. Catão ainda chamou atenção para a importância sobre informações acerca do sentimento de insegurança da população frente à vitimização de determinados crimes, e levanta uma série de dificuldades sobre diferentes aspectos metodológicos dessas pesquisas (CATÃO, 2008).

Gláucio Soares realizou estudo sobre a vitimização e a sensação de insegurança, afirmando que essa sensação no Brasil “pode ser considerada uma questão de saúde mental”, e desenvolver políticas públicas para reduzir essa sensação é uma tarefa importante (SOARES, 2008, p. 108).

Teoricamente, apontou o autor, algumas hipóteses explicativas se destacam: a hipótese intuitiva que diz que a sensação de insegurança tem relação direta e proporcional com a violência e a criminalidade, ou seja, onde há mais crime e violência há mais insegurança, sendo que essa hipótese já foi descartada em alguns trabalhos empíricos. Outra hipótese relaciona o conhecimento ou “familiaridade” das pessoas com o ambiente, e diz que as pessoas se sentem mais seguras em áreas que elas conhecem e mais inseguras em áreas desconhecidas. Outra explicação deriva da teoria das “janelas quebradas”, direcionada às comunidades, e da abordagem da “tolerância zero”, que se dirige às pessoas. O misto de ambas proporciona, de maneira simplificada, o que se denomina “tese das incivildades”, trazendo à tona a ideia de “involução” do crime, que defende que os crimes ou pequenas incivildades, quando não coagidos, tendem a gerar resultados maiores (SOARES, 2008).

Uma questão que norteia o trabalho de Soares é: o acúmulo de pequenas “incivilidades” afeta o “astral” da população? O autor procura responder à questão enquanto examina relações entre o sentimento de insegurança e a experiência com a violência e a corrupção da polícia, verificando, também, a influência do dia ou da noite e do conhecimento da área no sentimento de insegurança, concluindo que essas duas variáveis se comportam como variáveis independentes, apresentando relação com o sentimento de insegurança (Ibidem).

Madalozzo e Furtado (2011) realizam estudo visando identificar fatores “microeconômicos” que influenciam a criminalidade, através de dados de duas pesquisas sobre vitimização realizadas em São Paulo pelo Instituto Futuro Brasil (IFB). As autoras defendem que entender o crime, ou seja, saber o porquê as pessoas cometem crimes assim como saber como se tornam vítimas, é essencial para que se possibilite a redução de ocorrências criminais, o que influenciaria positivamente o bem-estar dos indivíduos (MADALOZZO; FURTADO, 2011).

O material produzido pelas pesquisadoras se mostra importante tanto pelos resultados, que afirmam a influência do estilo de vida e da “oportunidade” ao crime como fatores explicativos do tipo de vitimização ocorrido. As conclusões, assim como a perspectiva de compreensão da criminalidade adotadas, são semelhantes ao anteriormente exposto no trabalho de Beato, Peixoto e Andrade (BEATO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004), que remetem à perspectiva ecológica do crime. Além disso, o foco do trabalho de Madalozzo e Furtado (2011) na questão da subnotificação traz uma contribuição importante do trabalho, que é concluído com um tipo de defesa e apelo por melhores fontes de dados sobre crime e criminalidade.

Outros trabalhos sobre vitimização foram realizados no Brasil, e neste trabalho não se tem a pretensão de esgotar a literatura a respeito, mas apenas apresentar e discutir algumas pesquisas e pontos principais que parecem relevantes no contexto deste trabalho. De maneira reduzida, apresenta-se abaixo mais alguns trabalhos que abordam vitimização e que foram realizados no Brasil:

Adauto Martins Soares Filho (SOARES F., 2011), realizou pesquisa verificando a vitimização por homicídios no Brasil de acordo com características raciais da população. O autor concluiu que o risco relativo de homicídios cresce na população negra do país, sugerindo o aumento das desigualdades. Também demonstrou de que maneira a repercussão das medidas antiarmas no Brasil, implantada em 2004, foi positiva na população branca e discreta na população negra, apontando que a cor/raça pode predizer a ocorrência de homicídio no Brasil.

A dissertação de mestrado em Direito de Akemi Kamimura (2009), concentrada na área de direitos humanos, sobre os desafios no atendimento interdisciplinar às vítimas de violência em relação com a efetivação dos direitos humanos, trabalho no qual a autora aborda o problema da vitimização “secundária”.

Santos e Kassouf (2008) investigaram, através da perspectiva da ação racional, possíveis fatores econômicos que podem contribuir para o sub-registro de crimes contra a propriedade, e concluíram que as vítimas de crimes agem racionalmente, avaliam os custos e benefícios esperados, realizam um cálculo conforme diferentes fatores, e decidem se farão ou não o registro da ocorrência às autoridades oficiais.

Por fim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou pesquisa de vitimização e sensação de segurança através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) em 1988, depois em 2009. Neste trabalho a opção pelo termo “sensação” de segurança segue a nomenclatura utilizada pelo IBGE (IBGE, 2010).

Contexto internacional das pesquisas de vitimização

Tais pesquisas já são amplamente utilizadas e reconhecidas no contexto internacional, em parte devido aos trabalhos realizados pelo *United Nations International Crime and Justice Research Institute* (UNICRI) e o *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), que apontam para as divergências entre os dados destas pesquisas e as estatísticas oficiais.

As primeiras pesquisas sobre vitimização iniciaram no século XIX e abordaram as circunstâncias e atitudes sociais da população em relação a diferentes aspectos da vida social. Com o desenvolvimento dos *surveys*, que passaram a ser produzidos em séries mais longas e mais frequentes, ampliou-se sua utilidade em avaliações de tendências criminais (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, 2010). Um fato que chama atenção é que desde meados do século 19, quando os primeiros trabalhos de “*social surveys*” foram realizados, o problema das diferentes definições de crime é considerado um entrave na tentativa de realizar trabalhos comparativos internacionais (Ibidem).

A Finlândia aplicou o primeiro *survey* nacional sobre vitimização nos anos 70, seguida pelos Países Baixos que desde 2005 aplicam anualmente. Também nos anos 70 foi realizado o *United States National Crime Survey*, desenvolvido pelo *National Opinion Research Center*,

visando investigar as naturezas e causas de crimes nos EUA. O governo do Reino Unido criou em 1982 o *British Crime Survey* (BCS) para melhor compreender a vitimização no país, influenciando a Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales. Os *surveys* sobre vitimização passaram a ser feitos regularmente em diversos países, tais como Canadá, Itália e Suíça (CARDOSO et al, 2013).

Adotando-se como parâmetros comparativos a regularidade de aplicação ou cuidados metodológicos destacam-se algumas pesquisas no cenário internacional: as realizadas pelo UNICRI/UNODC. Em seu sítio virtual⁶ constam resultados, entre outras informações sobre pesquisas realizadas em diversos países, como em parte da Europa, onde se realiza o *International Crime Victims Survey* (ICVS), aplicado atualmente de maneira semelhante em 18 países.

Também se destacam as pesquisas assessoradas pelo *Bureau of Justice Statistics* (BJS), considerada uma fonte primária de estatísticas de crime e justiça, o qual realiza o *National Crime Victimization Survey* anualmente nos Estados Unidos. O governo do Canadá realiza a cada cinco anos o *General Social Survey* (GSS), que investiga a relação entre vitimização e segurança da população. Atualmente a “força-tarefa” da ONU/UNICRI empenha-se em aplicar pesquisas de vitimização em muitos países considerados “em desenvolvimento”.

Na América Latina destacam-se os trabalhos realizados pela *Corporación Latinobarómetro*, que completou 20 anos e realiza anualmente pesquisa que aborda a “qualidade de vida” em mais de 18

6 Endereço virtual: <http://www.unicri.it/>. Acesso em 20/11/2015.

países. Também o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD), que produz pesquisas em diferentes países e sobre distintas áreas, analisando questões ligadas à justiça, prisões, prevenção ao delito etc.

Conforme consta no material produzido pelo UNICRI, dependendo da disponibilidade orçamental, uma série de perguntas podem ser respondidas a partir de um levantamento deste tipo, como: quanto crime existe e quais são suas características? Quais são as características das vítimas e perpetradores? O nível de criminalidade mudou ao longo do tempo? Quais são os riscos de se tornar uma vítima? As percepções de segurança mudaram ao longo do tempo? Quantos crimes são relatados às autoridades e se não forem, por que não? As políticas de prevenção da criminalidade estão funcionando? Existe uma relação entre o medo do crime e os níveis reais de crime? Qual é o impacto nos grupos vulneráveis na comunidade, tais como migrantes, povos indígenas, os idosos ou aqueles com uma doença mental? (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, p.5, 2010).

3.2. Vitimização e Segurança em Campi Universitários

A cidade de Florianópolis tem muitos problemas relacionados à segurança e criminalidade, e isso não é diferente no campus da Universidade Federal de Santa Catarina. Circulam cerca de 40 mil pessoas por dia no campus, que é circundado por bairros com alta densidade populacional e sérios problemas sociais, alguns deles com altos índices de violência, sobretudo alimentados pelo tráfico de drogas,

o que não é um problema único da UFSC ou de Florianópolis (OLIVEIRA, 2015b).

Conforme os resultados de pesquisa hemerográfica realizada em 2015 sobre crime e violências em universidades, aponta-se a questão da segurança em universidades como um tema relativamente recente e que vêm ganhando grandes proporções e alcance, inclusive internacional. A partir de 2005, no Brasil, verificou-se o aumento do número de notícias sobre crime e segurança nos maiores jornais do país.

A pesquisa apontou uma série de temáticas mais recorrentes nos jornais, como a questão sobre a presença da Polícia Militar na gestão da segurança dos campi, a necessidade de investimentos em iluminação, controle do acesso, a criminalidade no entorno das instituições de ensino superior, a questão da segurança de pessoas em contraste com a segurança patrimonial, e muitos atritos entre alunos ou servidores e agentes de segurança. Os crimes mais verificados foram assalto, roubo, estupros, homicídios, furtos, ameaças e sequestros (SALVIA et al., 2015).

Essa constatação traz à tona algumas hipóteses: serão as universidades locais mais violentas, ou as cidades são violentas e isso tem relação com as universidades? Será a mídia que, através da banalização da violência, produz sensação de insegurança? A questão da insegurança tem relação com o público que frequenta as universidades? O quanto podem ser úteis a vigilância e cuidados ambientais, como o controle do acesso através de portões, na garantia da segurança? Uma comparação entre taxas de criminalidade de dentro e de fora do campus poderia oferecer informações mais amplas.

Com essas e outras questões em mente, e com a certeza que o tema demanda mais estudos, este trabalho visou investigar a vitimização e a sensação de segurança de alunos universitários, de maneira a levantar informações sobre crimes que ocorrem na universidade ou em outros locais, as características das vítimas e sua sensação de segurança em determinados ambientes, assim como outras possíveis relações entre insegurança e demais fatores.

4. COMO AVALIAR A RELAÇÃO ENTRE VITIMIZAÇÃO E SENSACÃO DE INSEGURANÇA?

Em princípio, esta pesquisa situa-se dentro de um conjunto de trabalhos que visam, por distintas motivações, mensurar diferentes tipos de crimes e conhecer o perfil das vítimas, dentro de determinado espaço e tempo, através da mobilização de variáveis *microsociais*. De certa maneira, esse posicionamento conduz a pesquisa através de perspectiva criminológica de abordagem ao crime com foco nas vítimas. No entanto, além das possíveis diferenças entre crimes ocorridos e perfis das vítimas, a abordagem sobre a vitimização e sua possível relação com a “sensação de segurança”, tendo o “acesso e uso de informações” como possível variável de controle, possibilitou a ampliação do escopo da pesquisa.

Para avaliar a relação entre vitimização e sensação de segurança dos alunos do CFH em 2015 optou-se pela produção de um questionário estruturado adequado. Tomando como modelo principal o questionário produzido pelo UNICRI em conjunto com o manual sobre pesquisas de vitimização (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, 2010), foi possível criar um questionário inicial.

A vitimização foi observada através da experiência pessoal dos alunos com crimes contra a pessoa e crimes materiais, nos últimos 12 meses até o preenchimento do questionário. A vitimização por crimes foi separada em: pessoal (a vítima foi o próprio aluno), com familiares, amigos e colegas. Os crimes contra a pessoa analisados foram: discriminação, abuso ou ofensa sexual, agressão ou ameaça. Os crimes

materiais foram roubo, furto, arrombamento e vandalismo em veículo, arrombamento ou tentativa de arrombamento de residência, e roubo ou furto de propriedade pessoal (pequenos objetos).

A sensação de segurança foi avaliada através da variável “grau de segurança”, dividida em três níveis, seguro, pouco seguro, inseguro. O grau de segurança representou a ideia de “sensação de segurança” utilizada neste trabalho, e significa a percepção pessoal do aluno quanto à sua segurança, ou seja, significa o quanto o aluno se percebe ou se “sente” seguro. A variável grau de segurança foi verificada em relação a três ambientes distintos, a casa, o bairro, e a UFSC, e em dois turnos, dia e noite.

Em perspectiva que pode ser considerada criminológica, foi possível realizar a contagem e descrição dos crimes ocorridos contra alunos no último ano; a distribuição dos crimes segundo as características das vítimas como sexo, gênero, cor ou raça, idade, ano de ingresso na UFSC; verificar o local do ocorrido; o percentual de registro e de não registro dos ocorridos; o nível de alteração da rotina que dado evento proporcionou ao aluno.

Produção, adequação e pré-teste de um questionário para ambiente universitário

O ponto de partida para a produção do questionário foi o modelo sugerido pelo UNICRI (disponível em: unicri.it), assim como outros questionários encontrados em pesquisa bibliográfica. Coletou-se o questionário produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 2010 que, por sua vez, também foi realizado de acordo com modelo do UNICRI.

Após produzir um questionário preliminar, este foi testado com um grupo de 5 pessoas, e depois com um grupo de 28 pessoas. Esses testes possibilitaram uma avaliação do questionário e posteriores mudanças, sendo úteis para a redução e maior organização, possibilitando eliminar questões menos importantes do ponto de vista analítico e melhorar o direcionamento da pesquisa para o objeto a ser investigado, que é a relação entre vitimização e sentimento de segurança em determinado grupo de estudantes universitários. Após novas avaliações produziu-se o questionário final, que foi aplicado e passou por nova avaliação.

Conforme a referência metodológica principal, o questionário é organizado por blocos de perguntas, assim ordenados:

Bloco 1: identificação da população, considerando sua relação acadêmica (turno de atividades, ano de ingresso), suas formas de mobilidade, fonte de renda, além de características pessoais como sexo e gênero, cor/raça/etnia, idade e naturalidade.

Bloco 2: aborda o tipo e a quantidade de uso de meios de comunicação e o acesso a informações sobre criminalidade ou segurança pública, originados nesses meios de informação, ou nas relações com outras pessoas como familiares e amigos.

Bloco 3: objetiva auxiliar na mensuração do grau de segurança ou insegurança na casa, no bairro onde mora e na universidade, de dia e de noite.

Bloco 4: referente à vitimização, onde as questões abordam a experiência pessoal ou de familiares e conhecidos com roubos, furtos, discriminação, agressões e ameaças nos últimos 12 meses, e permitem

avaliar, no caso de crimes contra a pessoa, o quanto esse ocorrido alterou a rotina do respondente, além de verificar se a denúncia do crime foi realizada ou não. Em relação à vitimização por crimes materiais, questiona-se apenas sobre a alteração da rotina que os eventos produziram nos indivíduos que já passaram por isso.

Decidiu-se verificar a vitimização por crimes contra a pessoa em diferentes locais: residência, local de trabalho, universidade ou “outro local”, assim como privilegiou-se recortes de sexo (masculino/feminino).

Descrição ambiental

Em 2015 o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC conta com 10 cursos de graduação. Quatro deles com turnos diurno e noturno e seis cursos somente diurno. Desses seis, um não foi incluído no trabalho por oferecer um cronograma e público com características diferentes dos demais cursos, o curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Os cursos com turmas diurnas e noturnas são Ciências Sociais, Geografia, História e Filosofia. Os cursos apenas diurnos são Antropologia, Psicologia, Oceanografia, Geologia e Museologia. Havia em 2015 aproximadamente 2498 alunos matriculados no segundo semestre.

Aplicação do questionário

Primeiramente o questionário seria aplicado pessoalmente com o uso de um *tablet*, o que não foi realizado em função do tempo, já que os alunos seriam contatados individualmente. Por fim decidiu-se utilizar o software *Google Forms*. O questionário final (Apêndice I) foi copiado para o software e sua aplicação foi testada através de envios diversos por

e-mail para o autor deste trabalho e para o orientador. Os procedimentos de uso do software se mostraram válidos para sintetizar o questionário e torna-lo rápido e simples de ser preenchido. A possibilidade de realizar “pulos” de questões, ou seja, definir a ordem de continuidade das questões conforme a resposta em algumas, possibilitou aos respondentes ler apenas o que lhes caberia responder.

A estratégia de envio foi definida conforme a amostra que se desejava. Decidiu-se por obter as listas dos alunos matriculados em 2015 em todos os cursos do CFH, o que seria possível através do contato e auxílio dos departamentos ou secretarias de cada curso. O primeiro contato para solicitar as listas ocorreu por e-mail que partiu do diretor do centro e foi destinado a todos os chefes de departamento do CFH. Depois de alguns dias, o primeiro departamento a ser pessoalmente contatado foi o de Ciências Sociais, onde um secretário e o chefe do departamento verificaram como conseguir a lista necessária, que foi copiada em um *pendrive*. O envio para os alunos foi realizado através de e-mail no dia posterior.

Isso foi poucos dias antes do início de uma greve dos servidores de muitas universidades federais, o que acabou por impossibilitar o acesso as listas através dos departamentos. Tentou-se alguns contatos, mas não foi possível encontrar as pessoas que poderiam me fornecer os dados. A greve iniciou no primeiro semestre de 2015 no fim de junho e continuou no segundo semestre até início de outubro. Assim, já no retorno às aulas em agosto de 2015, sem saber até quando a greve continuaria, decidiu-se adotar um meio alternativo de envio dos questionários.

A ideia consistiu em enviar os questionários através do Sistema de Controle Acadêmico da Graduação da UFSC (CAGR). Foi necessário contatar um aluno regular de cada curso e solicitar que fizesse o envio por e-mail enviado a todos os alunos regulares do curso em questão. Em quatro cursos que possuem turmas diurnas e noturnas foi necessário contatar um de cada turno. Essa estratégia permitiu enviar o questionário para a lista de alunos conforme previsto no início: todos os matriculados. O inconveniente do envio através do CAGR foi a impossibilidade de inserir o hiperlink do questionário no corpo do texto, o que nos levou a instruir os respondentes a acessar o questionário copiando o endereço e colando no navegador da internet.

Além disso, não foi possível fazer o reenvio do questionário da maneira prevista pois não foi possível contatar alguns alunos dos que auxiliaram cedendo o próprio e-mail do CAGR. Estipulou-se o prazo de reenvio em 15 dias após o envio (2 semanas). Somente os cursos de ciências sociais (diurno e noturno), história noturno, antropologia, oceanografia e geografia (noturno) foi possível manter esse padrão previamente definido conforme a literatura adotada.

A seguir, a tabela 1 resume a forma de envio, número de envios e de respostas, por curso.

Tabela 1: Forma de envio, número de envios e de respostas, por curso

Curso	Alunos regulares (número de envios)	Respostas
Ciências sociais (dia e noite)	434	97
Antropologia	87	11
Oceanografia	154	12
Geografia (noite)	190	10
Geologia	166	18
Psicologia	522	49
Museologia	97	12
Geografia (dia)	172	20
História (dia)	204	29
História (noite)	218	17
Filosofia (noite)	142	11
Filosofia (dia)	142	8
Número de envios através de e-mail do autor	865	Total
Número de envios via CAGR	1633	294 respostas
Total	2498	

Metodologia de avaliação do questionário

Para avaliar o questionário procurou-se verificar a consistência dos resultados na tentativa de verificar a relação entre vitimização e a sensação de segurança. Também se verificou as possibilidades de investigar a relação entre uso de meios de informação e sensação de segurança, através das questões e suas respostas.

Metodologia de análise dos dados

Para as análises foi utilizado o software IBM *SPSS*, no qual foi criado um banco de dados com as respostas dos questionários. Após a distribuição de frequência de cada uma das variáveis, principalmente as variáveis de vitimização, de grau de segurança, e de uso de mídia, realizou-se cruzamentos de variáveis e testes de associação estatística, também visando verificar relações de dependência entre as variáveis.

Através da análise inferencial foi possível testar algumas hipóteses anteriormente levantadas. Conforme os tipos de variáveis mobilizadas em dado cruzamento, por exemplo, entre vitimização por agressão e grau de segurança, foi possível realizar diferentes testes estatísticos procurando-se escolher o mais adequado conforme a bibliografia utilizada.

5. ANÁLISE DOS DADOS

A análise primeiro apresenta o perfil da amostra, depois uma análise descritiva dos dados e, por fim, a análise inferencial dos dados, apoiada em cruzamentos e testes estatísticos de associação ou correlação entre as variáveis.

Perfil do público da amostra

A amostra analisada conta com um total de 294 casos. Quanto ao sexo, 132 (44,9%) são do sexo masculino e 160 (54,4%) do sexo feminino. Apenas dois casos escolheram “outro” como opção para definir sexo e, por pouca representatividade, foram desconsiderados da análise (*missing cases*).

Quanto a cor/raça, a predominância é de autodeclarados brancos (240 pessoas ou 81,6% da amostra), em seguida a cor parda (32 pessoas ou 10,9%), preta (11 pessoas ou 3,7%), amarela, indígena e outra, somam 11 casos, ou 3,7%.

A idade, dividida por faixas, apresenta um total de 54,1% da amostra concentrada entre 20 até 24 anos. Em seguida 25 até 29 anos (21,1%) e 17 até 19 anos (9,2%). As faixas de 30 até 35, e 36 ou mais representam, respectivamente, 8,8% e 6,8% da amostra. Quanto ao estado civil, a maioria (78,2%) é de solteiros, seguidos por união estável (12,2%), casados (5,8%) e separados (1,7%).

A orientação sexual apresenta a maior parte de heterossexuais (76,2%), depois bissexuais (13,3%) e homossexuais (7,5%). Ainda, 9 casos (3,1%) se consideram de outra orientação sexual.

Em relação à religião, tem-se um total de 42,5% que não tem religião, seguidos por 21,1% que tem religião, mas não participam. Da amostra, 17% se declaram ateus, enquanto 7,1% afirmam ter religião e participam ativamente. Pouco mais de 12% da amostra se considera em “outra” situação quanto a religião.

A maior parte dos estudantes mora em Florianópolis (87,4%), depois São José (6,5%), Palhoça (4,4%) e Biguaçu (1%). Ainda há dois casos que moram em outra cidade. Quanto a naturalidade, 57,8% é natural de Santa Catarina, sendo que destes, 24,1% nasceram em Florianópolis. Somam 42,2% os naturais de outros estados.

Ainda quanto a moradia, 38,1% vivem com familiares ou parentes, 21,1% moram sós, 20,7% com colegas da universidade e 15,6% dividem residência com cônjuge. Pouco mais de 4% vive em “outra” situação. Quanto ao tipo de moradia, 55,1% moram em apartamento, quitinete ou flat, contra 44,9% que vivem em casa.

O meio de locomoção da maioria para a universidade é ônibus de linha (33%), seguido pelos que vão a pé (31,6%), de carro (19,7%), bicicleta (6,5%), carona (4,8%) e em menor quantidade os que vão de moto (4,4%).

A maior parte da amostra tem a principal fonte de renda proveniente de auxílio familiar (41,8%), em seguida trabalho fora da universidade (25,9%) e bolsa, estágio ou monitoria na universidade (24,8%). Dois casos (0,7%) tem a renda proveniente do trabalho como servidor público na universidade e 20 casos (6,8%) tem outra fonte de renda principal.

A maior parte ingressou na UFSC em 2015 (19%), os que ingressaram de 2010 até 2014 estão distribuídos de maneira semelhante

(variam de 11,9% a 15,3%) e representam 71,4% da amostra. Os que ingressaram em 2009, 2008 ou antes representam 9,5%.

A maioria tem suas atividades acadêmicas concentradas no turno da manhã (44,9%), depois de noite (31,6%), e por último de tarde (23,5%).

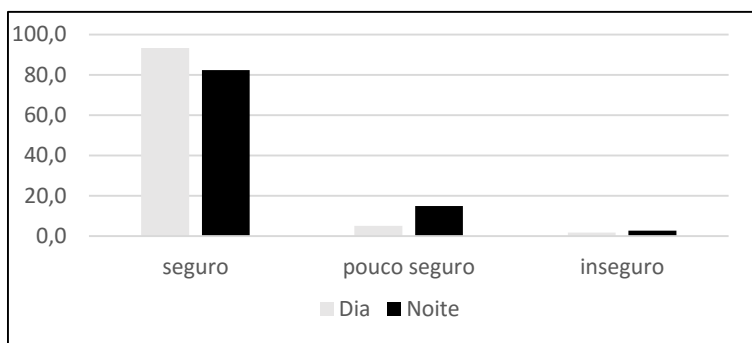
Análise descritiva dos dados

Descreve-se o grau de segurança da amostra, assim como o uso de mídia e a vitimização.

Grau de segurança em 3 ambientes e dois turnos do dia

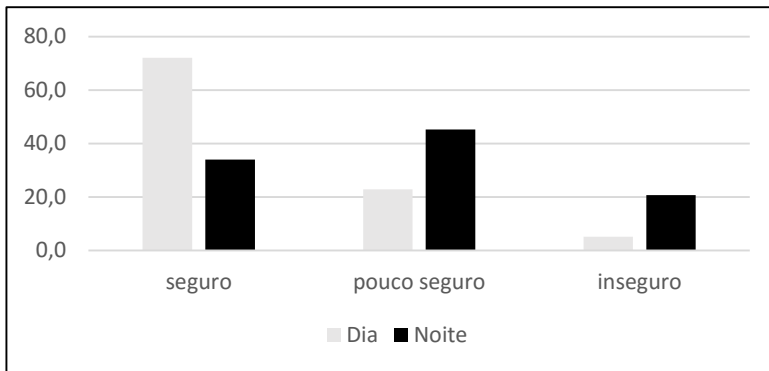
A Figura 1 ilustra a distribuição quanto os seguintes aspectos: em casa de dia, 93,2% da amostra diz se sentir seguros, contra 1,7% que se diz inseguros, e 5,1% se sentem pouco seguros (meio termo). À noite em casa, os que se sentem seguros correspondem a 82,3% enquanto os inseguros somam 2,7%, e os pouco seguros 15%.

Figura 1: Distribuição percentual quanto grau de segurança em casa e turno.



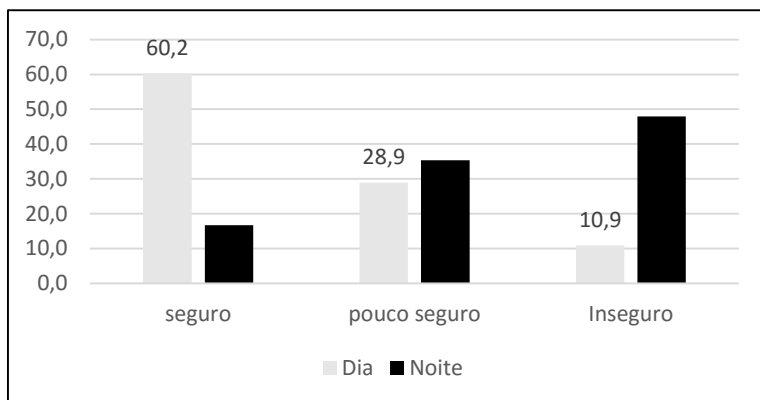
No ambiente do bairro de dia, os seguros somam 72,1% e os inseguros 5,1%, enquanto os pouco seguros correspondem a 22,8% da amostra. Durante a noite, 34% se sentem seguros de noite no bairro onde vivem, enquanto 20,7% se sentem inseguros e 45,2% que se sentem pouco seguros, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2: Distribuição percentual quanto grau de segurança no bairro e turno.



Na UFSC, de dia, 60,2% afirmaram se sentirem seguros, contra 10,9% de inseguros. O percentual de pouco seguros soma 28,9%. À noite, os inseguros somam 48%, os pouco seguros 35,4 e os seguros 16,7% (Figura 3).

Figura 3: Distribuição percentual quanto grau de segurança na UFSC e turno.



Pressupõe-se que o “grau de segurança” varia conforme diferentes casos e situações. A intenção aqui é verificar variáveis que demonstrem comportamento independente quando postas em relação com o grau de segurança.

Uma variável é o local, e de certa forma essa abordagem refere-se à ideia de “conhecimento da área” e sua relação com a percepção de segurança. Presume-se que, conforme aponta a literatura, as pessoas tendem a se sentir menos seguras conforme se afastam de áreas conhecidas. Porém, com o fato de a UFSC concentrar em seu entorno grande número de estudantes, alguns podem se sentir familiarizados com todos os ambientes, assim como existe a possibilidade que alguns residam em bairros que pouco se sentem familiarizados e pouco conheçam, percebendo-se, portanto, pouco seguros no bairro, que podem ser, inclusive, bairros localizados no entorno da universidade.

Também existe a possibilidade que alguns estudantes morem em bairros violentos e, portanto, trazem consigo a insegurança do bairro para o ambiente da universidade e possivelmente para outros ambientes.

O levantamento de informações mais detalhadas quanto ao local de moradia poderia sanar essa dúvida, sendo necessárias para ampliar a abordagem sobre o grau de segurança em relação com local de moradia, o que não foi feito neste trabalho pois o foco é o ambiente UFSC.

A outra variável a ser mobilizada é o turno: dia e noite. Pressupõe-se que o turno se comporte de maneira independente, influenciando, portanto, no grau de segurança. A maior parte da amostra se sente mais segura durante o dia em todos os ambientes.

O grau de segurança à noite no bairro chama atenção: enquanto o percentual de seguros cai pela metade em comparação com o dia, o percentual de pouco seguros dobra, assim como o percentual de inseguros. Mas é no ambiente da UFSC que se encontra o “x da questão”. Do dia para a noite os resultados se invertem de maneira proporcional, ou seja, se de dia havia muitos seguros e pouco inseguros, à noite é o contrário. A amostra demonstra que o turno é uma variável independente, em todos os ambientes as pessoas se sentem mais inseguras à noite. Por que? Seria o fator luz/iluminação, de maneira isolada, capaz de amenizar esse quadro? Seria um tipo de “senso comum” (no sentido de senso coletivamente compartilhado) que gera essa insegurança? Existem outros fatores que podem ser associados à insegurança noturna dos alunos?

Uso de meios de informação

A ideia do bloco que aborda tempo de uso e tipos de meios de informação utilizados é verificar possível relação entre meios de informação e sensação de insegurança. A hipótese a ser verificada é se os alunos que mais utilizam meios de informação que divulgam informações sobre segurança, são os casos mais inseguros da amostra.

Quanto ao uso de meios de informação, procurou-se verificar quanto tempo por dia os alunos assistem televisão, acessam internet em redes sociais e blogs ou páginas de notícias, leem jornais e revistas, impressas ou online, escutam rádio ou utilizam outro meio de informação.

Decidiu-se focar no uso de televisão e na programação preferida dos alunos, perguntando quais programações eles mais assistem ou assistem menos na televisão. Depois, de maneira direcionada visando mensurar informações sobre segurança, abordou-se o contato com tais informações nas duas semanas anteriores ao preenchimento do questionário. Essa questão foi abordada em relação ao contato com informações sobre segurança, sejam estas originadas em conversas com a família, amigos, ou através de diferentes meios de informação.

O uso de redes sociais se destaca entre os meios de informação mais utilizados, sendo que 45,6% da amostra afirma acessar redes sociais mais de três horas por dia. Em seguida, também na internet, vem o uso de blogs a páginas de notícias, o qual 18% afirma acessar mais de três horas por dia. O uso de jornais impressos ou online se concentra no período de até uma hora por dia (52,4%) e de duas a três horas por dia (10,5%). Quanto a revistas impressas ou online, 44,6% afirmou utilizar

até uma hora por dia, percentual pouco acima dos que não leem revistas (42,9%). A maioria não utiliza rádio ou outros meios de informação.

Quase metade da amostra afirma que não assiste televisão (45,2%), enquanto 37,8% assistem até uma hora por dia, e apenas 3,7% afirmou assistir televisão mais de 3 horas por dia. Quando questionados sobre quanto assistem diferentes programações na TV, o destaque vai para filmes, com 46,9% da amostra respondendo ser esta a programação que mais assiste. Depois seriados com 38,8%, documentários (29,6%), e telejornais ou noticiários (24,8%). A maior parte da amostra não assiste novelas ou outras programações.

Mais especificamente quanto ao assunto segurança, 82,3% da amostra diz ter conversado sobre o tema com família, amigos ou colegas da universidade nas últimas duas semanas. Não se procurou medir o quanto se conversou sobre o tema nesse período ou verificar detalhes do assunto pois o foco é nos meios de informação utilizados (mídia). Quanto a isso, 83% da amostra afirma ter assistido ou lido alguma notícia sobre segurança na internet em redes sociais nas duas últimas semanas, e 69% em páginas de notícias ou blogs na internet. Uma parcela de 60,2% diz ter assistido alguma notícia sobre o assunto em telejornais ou noticiários, e 39% assistiu ou leu em algum outro meio de informação. Jornais e revistas impressos apresentaram uma maioria que respondeu não ter visto tais notícias nesses meios (69,4%) nas duas últimas semanas.

Vitimização – crimes contra a pessoa e crimes materiais

Crimes contra a pessoa

Procurou-se verificar a vitimização pessoal ou o envolvimento em uma situação do tipo nos últimos 365 dias, registrando separadamente quem foi a vítima: o próprio aluno, um familiar, amigo ou colega da universidade. Também procurou-se verificar o local onde o crime ocorreu, se foi ou não realizada denúncia oficial junto as autoridades responsáveis, e estimar o quanto esse ocorrido alterou a rotina ou o comportamento do aluno.

Em relação aos crimes “materiais” buscou-se verificar quem foi a vítima do crime e o quanto isso alterou a rotina ou comportamento do aluno. Resolveu-se retirar questões sobre o local e produção de B.O dos crimes materiais por esse não ser o foco. Considera-se que isso tenha sido um erro pois perdeu-se a possibilidade de análise comparativa, quanto à produção do B.O e o local do ocorrido, entre crimes contra pessoa e crimes materiais. Isso foi previsto durante a análise do questionário teste, porém decidiu-se manter a exclusão das questões em função da extensão do questionário e do cronograma de realização da pesquisa.

Quanto a discriminação, uma parcela de 20,1% da amostra foi pessoalmente discriminada alguma vez nos últimos 365 dias, uma parte de 20,4% relatou ter um amigo que passou por isso, e 20,7% afirmam ter um colega que passou por isso. Por fim, 37,8% da amostra afirma que não foi discriminada no período e isso também não aconteceu com um familiar, nem com amigo ou colega da universidade.

Quanto ao local onde ocorreu a discriminação, se destaca “em outro local” (24,8%), e na universidade (23,5%). Quanto a alteração da rotina, a maior parte dos que responderam dizem que o ocorrido não alterou suas rotinas ou comportamento em nada (21,1%), enquanto outros 20,4% afirmam que isso alterou um pouco sua rotina ou comportamento e 4,8% diz que o evento alterou muito sua rotina/comportamento. Pressupõe-se que o tipo de discriminação sofrido deve exercer influência sobre a alteração da rotina. Mais de 40% confirmou que não foi realizada denúncia, enquanto 7,8% disse que foi realizada a denúncia.

Quanto ao crime de ofensa ou abuso sexual, 16,7% da amostra informou ter sido vítima pessoalmente, enquanto 12,2% teve um amigo que foi vítima, e 11,9% um colega da universidade. Os locais que se destacam são “outro local” (24,5%) e na universidade (10,9%). No que se refere a alteração da rotina ou comportamento, 12,6% dos que passaram pela situação afirmam que isso alterou um pouco e 9,5% afirmam que alterou muito. Os que afirmam que o evento não alterou nada somam 12,9%, o que permite pressupor que a alteração da rotina, nesse caso, deva variar bastante entre um caso de ofensa sexual e de abuso sexual. O percentual de não realização da denúncia é de 28,9%, enquanto apenas 7,1% confirma ter sido feita denúncia.

A experiência pessoal com agressão ou ameaça na condição de vítima representa 9,2% da amostra. Destacam-se os casos que passaram pela situação através de um amigo vítima (15,3%) ou através de colega da universidade (9,5%). Quanto ao local da agressão ou ameaça relatada, 15,3% apontaram a universidade e 14,6% “outro local”, que nessa pesquisa não foi verificado qual seria. Somente 6,1% apontaram

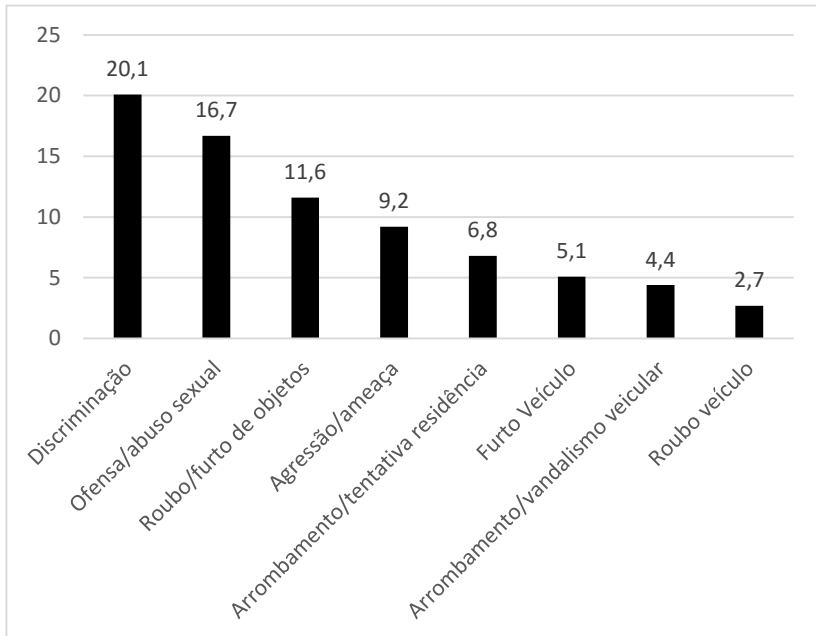
que o ocorrido alterou muito sua rotina ou comportamento, enquanto 12,2% dizer ter alterado um pouco, e 10% que dizem que isso não alterou nada. O número de denúncias e não denúncias foi quase idêntico: 13,3% e 13,6% respectivamente. Dos crimes contra a pessoa, discriminação foi o destaque da vitimização em nível pessoal (o próprio aluno foi a vítima) e também em percentual de não registro da ocorrência.

Crimes materiais

Dos crimes materiais levantados destaca-se o percentual de alunos vítimas em relação aos crimes de roubo ou furto de objetos (11,6%), depois arrombamento ou tentativa de arrombamento de residência (6,8%). A maior parte dos alunos que registraram alguma experiência com algum dos crimes materiais levantados, disseram ter tido um amigo vítima. Desde roubo ou furto de objetos (40,1% tem amigo que passou por isso no último ano) até roubo de veículos (17,7%), os amigos foram as principais vítimas de crimes materiais.

A maior alteração de rotina ou comportamento vem da experiência com roubo ou furto de objetos pessoais, onde 9,9% relatou ter tido sua rotina/comportamento muito alterada em função do ocorrido e, além disso, o percentual dos que dizem que o evento não alterou em nada suas rotinas ou comportamentos é 17,3%.

A distribuição geral dos alunos vítimas por tipo de crime pode ser observada a seguir na Figura 4.

Figura 4: Distribuição percentual dos alunos vítimas por tipo de crime

Análise inferencial dos dados

A análise inferencial possibilita testar hipóteses e verificar associação entre variáveis e possíveis correlações entre elas. A ideia foi verificar os diferenciais de distribuição dos alunos vítimas de crimes contra a pessoa e materiais segundo características individuais como sexo, cor/raça, faixa de idade, ano de ingresso na UFSC, assim como verificar as diferenças de grau de segurança dos alunos, segundo essas mesmas características, em diferentes ambientes e turnos. Depois,

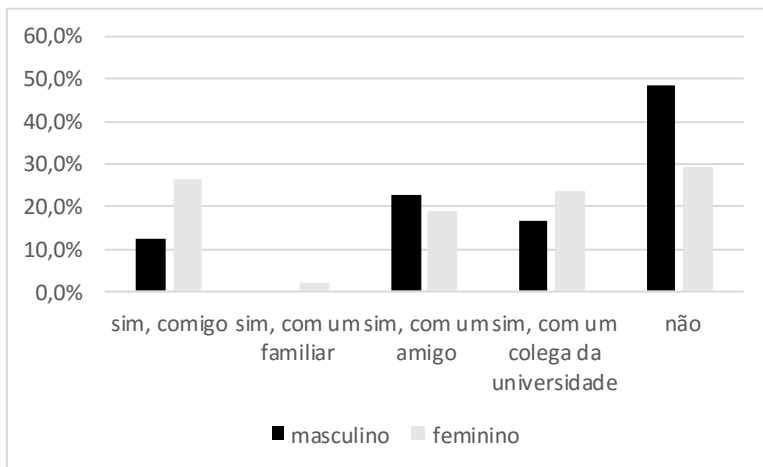
objetivou-se verificar possível relação entre vitimização e grau de segurança e, por fim, a relação entre uso de mídia e grau de segurança.

Vitimização por características individuais

Discriminação

A vitimização por discriminação apresentou diferença significativa por sexo, e a pesquisa apresenta que 26% das pessoas do sexo feminino foram pessoalmente discriminadas no último ano, contra 12,1% de pessoas do sexo masculino. Realizou-se teste para verificar o coeficiente de contingência entre as variáveis, e embora com um valor moderado, esse cruzamento apontou significância estatística de 1%, indicando grande chance desse resultado ser encontrado na população (Figura 5).

Figura 5: Distribuição percentual da experiência de vitimização por discriminação



Em relação a cor/raça não houve diferenças estatisticamente significantes, embora o percentual dos que sofreram pessoalmente discriminação tenha sido 17,5% para brancos, 27,3% para pretos, 28,1% para pardos, e 66,7% para indígenas, apontando a possibilidade do maior número de vítimas desse crime ser composto por “não-brancos”.

A idade não apresentou diferenças marcantes, a distribuição dos casos de quem passou por discriminação e de quem não passou concentra-se entre 20 e 29 anos.

A variável orientação sexual parece associada a distribuição dos casos de discriminação, sendo que, dentro do total de 20% da amostra que foram pessoalmente discriminados no ano anterior, 45,5% se consideram homossexuais e 30,8% bissexuais, contra 14,7% de heterossexuais. O

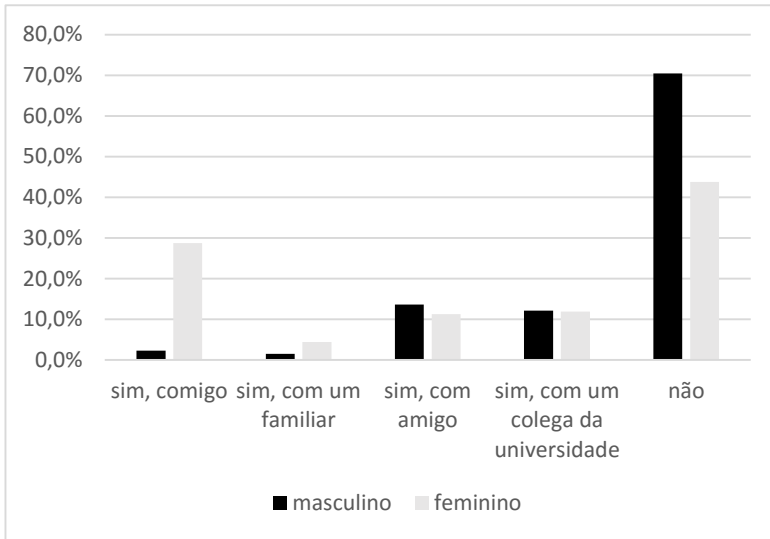
coeficiente de contingência apontou uma relação fraca porém estatisticamente significativa.

Meio de locomoção, ano de ingresso na UFSC e turno das atividades não demonstraram relação com a variável vitimização por discriminação.

Ofensa ou abuso sexual

Um total de 16,8% da amostra foi pessoalmente vítima de ofensa ou abuso sexual no último ano. Quanto ao sexo, 2,3% das pessoas do sexo masculino afirmam terem sofrido ofensa ou abuso sexual pessoalmente no último ano, contra 28,8% das do sexo feminino. Enquanto mais de 70% dos casos sexo masculino não passaram por nenhuma experiência desse tipo (nem com familiares, amigos ou colegas), apenas 44% do sexo feminino aponta essa condição (Figura 6). O coeficiente de contingência apresenta relação fraca/moderada com significância estatística. O fator cor/raça não apresentou associação com ofensa ou abuso sexual.

Figura 6: Distribuição percentual da experiência de vitimização por ofensa ou abuso sexual



Quanto a orientação sexual e a relação com ofensa/abuso sexual, as diferenças, embora existentes entre heterossexuais e “não heterossexuais”, estas não são significativas. Também se mostraram pouco significativas as diferenças por meio de transporte, ano de ingresso na UFSC e período das atividades.

Agressão ou ameaça

Quanto a vitimização por agressão ou ameaça, a única variável que apresenta associação é a orientação sexual. As pessoas que foram pessoalmente agredidas ou ameaçadas no último ano somaram um total de 9,2% da amostra e, destes, 6,7% heterossexuais contra 38,7% não heterossexuais. Ainda, o percentual de heterossexuais que tiveram amigos

que foram vítimas desse tipo de crime no último ano é menor do que os não-heterossexuais. As outras variáveis não demonstraram qualquer associação com vitimização por agressão ou ameaça.

Crimes materiais

De todos os crimes materiais levantados, a saber, roubo de veículo, furto ou vandalismo em veículo, arrombamento de residência ou tentativa, e roubo ou furto de pequenos objetos, nenhum apontou associação com as características pessoais postas em cruzamento.

Grau de segurança por características individuais

Procurou-se verificar possíveis associações entre grau de segurança e características individuais como sexo, cor/raça, faixa etária, gênero sexual. A variável sexo apresentou diferenças estatisticamente significativas e uma associação moderada quando em cruzamento com o grau de segurança⁷ nos três ambientes avaliados.

O único ambiente em que as pessoas do sexo masculino se sentem mais inseguros é o ambiente de casa, de dia. Também em casa, de noite, os inseguros e seguros masculinos e femininos são equivalentes, mas, mesmo assim, o número de pouco seguros predomina

⁷ De acordo com o tipo de variáveis mobilizadas realizou-se o teste Gama, d-Somers, Tau-c, e verificou-se o coeficiente de contingência, todos relativos a relação de associação e/ou dependência entre as variáveis. A maior parte dos testes apresentaram valores fracos a moderados e estatisticamente significativos em todos os cruzamentos onde a associação foi verificada, ou seja, não se verificou associação somente entre grau de segurança em casa de dia e sexo.

no sexo feminino. Nos ambientes do bairro e UFSC, de dia e de noite, o percentual de inseguros predomina no sexo feminino, enquanto entre os masculinos predominam os que se sentem seguros. Outra variável que apresentou possível relação com o sentimento de segurança é a cor/raça, embora a associação não apresentou significância estatística. As demais variáveis apresentaram resultados bastante homogêneos.

A associação entre sensação de segurança e cor/raça possibilitou verificar que a maior parcela de inseguros, em quase todos os ambientes, nos dois turnos investigados, são as pessoas autodeclaradas da cor preta. Estas compõem o maior percentual de inseguros de dia em casa, no bairro onde vivem, e na UFSC, e também o maior percentual de inseguros de noite em casa e na UFSC. Deve-se considerar que o percentual de pessoas que se consideram de cor preta na amostra é 3,7 % (11 casos), um percentual baixo, e em eventual pesquisa futura com mais casos, esse cruzamento deve ser analisado com atenção.

Vitimização e alteração da rotina ou comportamento por tipo de crime

Discriminação

O cruzamento permitiu evidenciar que a discriminação alterou a rotina ou comportamento de maneira semelhante tanto com quem foi pessoalmente discriminado, quanto com quem teve um amigo ou colega discriminado nos últimos 12 meses. Um total de 42,9% das pessoas que foram pessoalmente⁸ discriminadas afirma que sua rotina alterou muito,

⁸ Nesse caso não se considera quem teve amigo, familiar ou conhecido discriminado, apenas quem foi vítima pessoalmente.

da mesma forma que ocorre com quem teve um colega que foi vítima. Recorda-se que o percentual

Ofensa/abuso sexual

Um total de 50% dos que passaram pessoalmente por ofensa/abuso sexual afirmam ter sua rotina ou comportamento muito alterado. Ao mesmo tempo, 34,2% afirmam que o evento não alterou em nada sua rotina ou comportamento. Os casos que ocorreram com familiares, amigos ou colegas (e não pessoalmente) geraram alterações de rotina que se concentram em “pouco” ou “médio”.

Agressão/ameaça

Quanto a agressão/ameaça, 38,9% dos casos que passaram pessoalmente por essa experiência afirmam terem a rotina/comportamento muito alterados por essa situação, contra 29% que afirmam que isso não alterou em nada sua rotina ou comportamento. Os casos que tomaram conhecimento desse tipo de evento através de colegas da universidade e também apresentam um nível alto de alteração da rotina/comportamento correspondem a 38,9% dos que “presenciaram” a situação através de colegas.

Crimes materiais

O roubo de veículo parece produzir muita alteração da rotina/comportamento especialmente em quem passou pessoalmente pela experiência, depois com quem teve um amigo que passou por isso, embora boa parte dos casos que tiveram um amigo que passou por isso, se

dizem com nenhuma alteração na rotina. O mesmo ocorre com quem passou por furto de veículo, onde 50% dos que passaram pessoalmente se dizem com a rotina ou comportamento muito alterados e apenas 5,6% afirmam que o evento não alterou em nada suas rotinas. Quanto aos que tiveram amigo que passou por isso, 86,1% afirmam não terem nenhuma alteração na rotina/comportamento. A relação entre vitimização por crimes materiais e alteração de rotina parece seguir esse padrão em todos os crimes materiais avaliados.

Estima-se que a experiência pessoal com crimes materiais gere uma alteração de rotina/comportamento mais marcante do que quando se sabe desse tipo de ocorrido através de familiares ou amigos. Embora o conhecimento dos crimes por outros que foram vítimas altere a rotina também, isso se dá de maneira diferente e muito menos intensa do que quando ocorre pessoalmente.

Vitimização e sensação de segurança

A intenção é verificar se a vitimização se comporta como variável independente quando em relação com os graus de segurança. A hipótese alternativa é que as pessoas que passaram pessoalmente, ou tiveram amigos ou familiares vítimas no último ano, apresentarão os maiores níveis de insegurança.

Antes de discorrer sobre os resultados, considera-se importante esclarecer que o nível “pouco seguro” do grau de segurança, pode significar um estado de pouca segurança negativo ou positivo, ou seja, pode, por razões de análise, ser adicionado tanto ao nível “seguro”, quanto ao “inseguro”, o que alteraria o resultado de alguns cruzamentos de maneira drástica. Por razões de transparência e falta de tempo para

realizar recodificações de variáveis visando ampliar as análises, optou-se por manter as variáveis sobre o grau de segurança na forma original e privilegiar o foco nos que se afirmam se sentir totalmente seguros ou inseguros em cada ambiente e turno analisado, assim como focar nos casos em que a vítima foi o próprio aluno.

Entre os alunos que foram pessoalmente vítimas de discriminação, o maior percentual de inseguros está no ambiente de casa, de noite (75% inseguros em casa de noite), em segundo lugar, em casa de dia (60%). O maior percentual de seguros é em casa de dia e na UFSC de dia (18,6% de seguros em ambos). O percentual de seguros diminui do dia para a noite nos três ambientes, e há predominância no percentual de inseguros em comparação com os seguros, nos três ambientes nos dois turnos, com exceção do bairro, à noite. Um grande percentual dos casos ocorreu na UFSC (quase 40%), porém a insegurança é maior em outros ambientes. Embora a associação não tenha sido verificada nos resultados dos testes estatísticos, mesmo assim encontrou-se vestígios de insegurança que parecem acompanhar as vítimas desse crime. A comparação com os percentuais de não vítimas e respectivos graus de (in) segurança corrobora a hipótese de que as pessoas retêm certa insegurança após passarem pela condição de vítima de discriminação.

De dia, entre os que foram vítimas de abuso ou ofensa sexual verifica-se padrões de grau de segurança. O percentual de seguros, pouco seguros e inseguros se mantém estável nos três ambientes de dia, e o percentual de inseguros é predominante nos três ambientes de dia, mas não à noite. Chama atenção como os inseguros são em maior número em comparação com os seguros nos três ambientes, o que parcialmente

também se verificou entre os que não passaram por situação de ofensa/abuso sexual.

À noite, em casa e no bairro diminuem os inseguros, na UFSC se mantém o percentual. O que se nota, entre as vítimas de ofensa sexual, é que há um aumento de pouco seguros do dia para a noite. A associação entre ter sido vítima desse crime e insegurança não se mostrou consistente. A associação entre ter sido vítima de agressão/ameaça e sensação de insegurança não se mostrou estatisticamente significativa através da verificação do coeficiente de contingência entre as variáveis e nenhuma correlação foi encontrada.

A relação menos clara entre vitimização e insegurança se verifica entre vítimas de agressão ou ameaça. O percentual de inseguros diminui do dia para a noite, descartando a hipótese de “medo da noite” para esse grupo. O local que concentra mais inseguros é a casa de dia, depois o bairro de dia, seguido pela UFSC de dia. Com exceção do ambiente do bairro de noite e da UFSC de noite, em todos os outros a predominância é de inseguros. Se as pessoas que foram vítimas desse crime se sentem mais inseguras no ambiente de casa, durante o dia, levanta-se a possibilidade de elas terem sofrido essa agressão na casa onde vivem. Ao verificar o local onde ocorreu a agressão/ameaça, menos de 10% dos casos ocorreram em casa, enquanto mais de 40% informou a universidade como local do crime. Logo, a insegurança deveria ser maior na universidade, o que não ocorreu.

Conforme observado, os inseguros predominam no ambiente casa e bairro, de dia. Estima-se que a condição de vítima desse crime não influenciou diretamente sobre a sensação de segurança. A associação não foi observada, assim como não foi observada a relação

entre local ou turno (dia/noite) e sensação de insegurança, o que possibilita inferir que, ao menos em pequeno grau, o sentimento de insegurança proporcionado pela experiência de vítima de agressão acompanhe a pessoa em qualquer ambiente que ela esteja, em qualquer turno.

Contudo, é possível que esse sentimento tenha sido originado em outro evento ou circunstância, ou há muito tempo, e não ter relação com essa agressão ou ameaça. A comparação dos percentuais de seguros e inseguros entre os que foram vítimas e não foram, em parte corrobora essa inferência, e deixa-se de lado a hipótese de relação entre vitimização por agressão/ameaça e insegurança.

Em relação aos crimes materiais, o cruzamento entre as vítimas pessoais desse crime e grau de segurança não apresentou qualquer associação, sendo que os níveis de segurança das vítimas desses crimes não diferem de maneira significativa, e por vezes não diferem em nada, dos níveis de segurança observados pelos que não foram nem conhecem alguém que tenha sido vítima desses crimes no último ano. Isso evidencia não ser possível associar insegurança ao fato de ter sido vítima desses crimes. Mesmo nos casos de tentativa ou arrombamento de residência, nos quais esperava-se que quem passou pessoalmente por essa experiência teria maior nível de insegurança em casa.

O percentual dos que passaram por isso e se sentem inseguros em casa de dia é o mesmo dos que não passaram por essa experiência (40%). O mesmo ocorre em casa de noite, onde os inseguros representam 25% entre os que foram vítimas e entre os que não foram. Não foi encontrada

associação entre o fato de ser vítima de crimes materiais e os graus de insegurança nos três ambientes, nos dois turnos.

Uso de mídia e sensação de segurança

Buscou-se verificar possível correlação entre o uso de mídia, mensurado por diferentes variáveis, e o grau de segurança. Procurou-se saber se os diferentes meios de informação assim como as diferenças de tempo de uso podem influenciar o grau de segurança das pessoas. Encontrou-se uma correlação fraca, mas estatisticamente significativa entre o grau de segurança na UFSC de noite e o tempo de uso de internet/redes sociais. O maior percentual de inseguros está entre os que acessam redes sociais mais de três horas por dia. Também se encontrou correlação entre grau de segurança na UFSC de noite e programação que assiste na TV. Entre os que afirmam que assistem mais seriados, 59% se sente inseguro na UFSC de noite. A correlação verificada é fraca, mas estatisticamente significativa.

Mesmo assim não se verificou relação considerável entre grau de segurança e programação na TV. Os graus de segurança e insegurança são muito parecidos entre os que mais assistem e o que não assistem as programações observadas, embora os percentuais de inseguros são pouco maiores entre os que mais assistem as programações. Além disso, entre os que não assistem, além de menor percentual de inseguros, há maior percentual de seguros.

Procurou-se verificar a relação entre ter assistido informação sobre segurança em diferentes meios e sentimento de insegurança. Para isso cruzou-se os diferentes meios de informação pesquisados com o grau de segurança nos três ambientes, nos dois turnos.

Pouco casos apresentaram diferenças marcantes, e o único cruzamento que apresentou uma associação através do teste qui-quadrado e também associação fraca porem significativa através do coeficiente de contingência foi a sensação de segurança na UFSC de dia e informação sobre segurança em “outro” meio de informação. A maior parte das pessoas que confirmaram ter assistido alguma notícia sobre segurança nas últimas duas semanas antes de responderem o questionário diz se sentir insegura na UFSC de dia (59%).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do questionário confirma o potencial das pesquisas de vitimização como ferramentas para investigar o crime e criminalidade através da abordagem às vítimas. Em decorrência do cronograma, algumas análises ainda não foram realizadas pois demandam mais trabalho com algumas variáveis. Recodificações, análises com variáveis de controle, assim como a criação de índices de vitimização, de sensação de segurança, de insegurança e de uso de mídia possibilitarão outros testes de maneira a contribuir para a ampliação e solidificação dos resultados.

Também se registrou algumas ideias para alterações no questionário, pensando em usos futuros, por exemplo: aumentar de três para cinco o número de níveis do grau de segurança; aumentar o número de variáveis sobre a sensação de segurança; padronizar as variáveis que abordam a vitimização por crimes contra a pessoa e materiais; as variáveis sobre crimes materiais abordam em excesso “meios de transporte”; os crimes contra a pessoa podem ser ampliados e aprofundados, visando, por exemplo, detalhes sobre quantas vezes a situação ocorreu, a data, detalhes do local e do perpetrador; o termo “discriminação” parece demasiado vago, já que existem diferentes tipos desse crime, que pode ser melhor investigado após alterações no questionário. Também, pensando-se em políticas públicas, o crime de “ofensa ou abuso sexual” deve ser desmembrado, supondo-se que seja algo bem diferente ser vítima de um e/ou outro. Outra alteração possibilitará reconhecer melhor o local nos casos em que o crime

ocorreu em “outro local”. Uma questão aberta pode ser propícia nesses casos, e permitirá descobrir qual foi esse outro local. Por fim, parece razoável analisar a ideia de expandir o tempo de cobertura da pesquisa para período maior que um ano.

O levantamento dos crimes ocorridos demonstra como há um grande número de crimes que acontecem e não são registrados, reforçando a validade da pesquisa para confirmar ou contrapor as estatísticas oficiais. Os crimes com maiores percentuais de vítimas ocorreram na UFSC e não foram registrados. O crime de abuso/ofensa sexual, por exemplo, é levantado pela universidade (ANEXO I), porém os números são muito inferiores ao constatado na pesquisa. A soma desses casos oficialmente registrados junto à universidade no período entre 2007 e 2014 (14 casos) é quase três vezes inferior ao constatado na pesquisa de vitimização (32 casos em que o local apontado foi a universidade somente no último ano).

Além disso, verificou-se que o crime de discriminação, que teve o maior percentual de vítimas na pesquisa de vitimização e o maior percentual de não registro da ocorrência, não tem registros de denúncias na universidade. Ou seja, segundo as estatísticas oficiais da universidade esse crime não existe naquele espaço. No entanto, 20% da amostra já passou por isso em alguma situação, e pouco mais de 23% dos casos de discriminação levantados ocorreram na universidade, segundo os dados da pesquisa. A investigação das motivações do não registro desse crime merecem atenções futuras.

Outra constatação importante é a relação entre vitimização por determinados crimes e sexo. As pessoas do sexo feminino são as principais vítimas de dois dos quatro crimes mais registrados na

pesquisa. Além disso, o sexo feminino apontou maior nível de insegurança em quase todos os ambientes, embora essa insegurança não pôde ser associada à vitimização pelos crimes observados, o que deixa um claro sinal de que demandam mais estudos para investigar esse fenômeno da insegurança entre pessoas do sexo feminino. A vitimização por agressão/ameaça e sua relação com características de gênero aponta problemas de violência dirigida aos não-heterossexuais. Caberia determinar se essa relação será, conforme apontou esta pesquisa, expressa em uma população maior como a universidade inteira, e em que intensidade isso é um problema nesse ambiente.

Quanto a relação entre vitimização e sensação de segurança, conclui-se de maneira geral que a sensação de insegurança pode estar ligada a outros fatores ou crimes, que não os observados na pesquisa. Embora alguns indicativos de correlação foram encontrados, estes não foram suficientes para apontar relação entre as variáveis de maneira clara e sólida. Na maior parte dos casos, a sensação de insegurança pareceu estar mais ligada a um local específico ou a um turno do que à experiência pessoal de vitimização.

Quanto ao uso de mídia e sensação de segurança, não foi encontrada associação entre as variáveis mobilizadas. O tempo de uso de mídia, assim como o tipo de mídia utilizada e o tipo de programação assistida não apresentaram relação com a insegurança, descartando a hipótese alternativa que apontava relação entre mídia e insegurança. No entanto, esses dados sobre mídia devem ser trabalhados de maneira a tornar as análises mais amplas e concretas, com vistas a descartar de

vez, ou não, essa hipótese de associação. A ampliação da amostra também deve contribuir para solidificar os resultados.

Além de testar as relações entre vitimização e sensação de segurança, e entre mídia e insegurança, este trabalho pôde demonstrar uma parcela da utilidade e validade das pesquisas de vitimização como ferramentas para análise e avaliação de políticas públicas, e sua contribuição para o campo das pesquisas sociais em sociologia ou outras áreas de estudo.

REFERÊNCIAS

BEATO F., Cláudio; PEIXOTO, Betânia Totino e ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. **Rev. Bras. Ci. Soc.** São Paulo, SP, v.19, n.55, pp. 73-89, jun, 2004.

BECKER, Howard. S. ***Outsiders. Estudos de sociologia do desvio.*** Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios – Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil – 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/pnadvitimizacao.pdf. Acesso em: 20/11/2015.

CARDOSO, Gabriela R.; MONTEIRO, Felipe M; SEIBEL, Erni J. O estado da arte da produção acadêmica sobre segurança pública nas ciências sociais e ciências sociais aplicadas no período de 2000 a 2012. **XVII Congresso Brasileiro de Sociologia:** Porto Alegre, RS, 2015, 22p.

CARDOSO, Gabriela R.; et al., Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. **Rev. Bras. Segur. Pública.** São Paulo, SP, v. 7, n. 2, 144-161, Ago/Set 2013.

CARNEIRO, Leandro P. Para medir a violência. In: PANDOLFI, D. et al (org). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 248p.

_____. Pesquisas de vitimização e gestão da segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 60-75, jan. /jun. 2007.

CARRABINE, Eamonn. Subcultura. In: SCOTT, J. (org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Posição 3878 a 3935. [Versão Kindle] 4916 posições.

CATÃO, Yolanda. Pesquisas de vitimização: notas metodológicas. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, SP, v. 2, p. 82-87, 2008.

CUNHA, Eduardo Pazinato. **Medo, insegurança urbana e políticas de segurança: um estudo sobre os sentidos da participação e do controle social**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DAVIS, Mike. **City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles**, 2ª ed. Londres: Verso Books, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves. Revisão da Tradução Eduardo Brandão. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Revisado e atualizado com Philip W. Sutton. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

KAMIMURA, Akemi. **A efetivação dos direitos humanos: o desafio do direito no atendimento interdisciplinar a vítimas de violência**. 2009. 191 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito: Universidade de São Paulo, São Paulo 2009.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. **Revista Think Tank**, São Paulo, p 1-27, 2001.

MADALOZZO, Regina; FURTADO, Giovanna M. Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 160-180- janeiro-março, 2011.

MONTEIRO, Felipe Mattos. **Uma tragédia anunciada: estudo da Dinâmica das taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina no período de 1996 a 2008**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

OLIVEIRA, Leandro Luiz de. **Dados ocorrências na UFSC – agressão**. Diretoria do Departamento de Segurança da UFSC. Comunicação informal, 2015a.

OLIVEIRA, Leandro Luiz de. **Segurança na UFSC**. Diretoria do Departamento de Segurança da UFSC. Artigo. Comunicação informal, 2015b.

SÁLVIA, Denis B.; et al., **Segurança, crime e violências em campi universitários: as possibilidades da pesquisa hemerográfica**. In: 25º Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015, Florianópolis. Trabalho de pesquisa apresentado em formato banner. Resumo do trabalho disponível em: <http://formulario.pibic.ufsc.br/pub/verResumo/400143>. Acesso em: 01/12/2015.

SANTOS, Marcelo J. dos; KASSOUF, Ana Lúcia. Existe explicação econômica para o sub-registro de crimes contra a propriedade? **Econ. Apl.**, vol.12, nº.1, Ribeirão Preto, SP, Jan./Mar. 2008.

SCOTT, John (org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. [Versão Kindle] 4916 posições.

SILVA, Bráulio Alves da; BEATO, F., Cláudio Chaves. Ecologia Social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, Sup., p. S155-S170, 2013.

SOARES F., Adauto Martins. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Rev. Saúde Pública**; 45(4):745-755, ago, 2011.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A sensação de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: DUARTE, Mário Sérgio de Brito (Coord.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Série Análise Criminal, volume 2. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. 204p.

TAYLOR, Ian.; WALTON, Paul.; YOUNG, Jock. **The New Criminology for a social theory of deviance**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1996.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS**. Genebra, 2010. Disponível em: <http://www.unicri.it>. Acesso em: 10/2015.

WIEVIORKA, Michel. **Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet**. Brasília: Sociedade e Estado, v. 19, n. 1, p. 21-51, 2004.

WILSON, James Quinn.; KELLING, George .L. **Broken Windows: the police and neighbourhood safety**. The Atlantic Monthly, março, 1982.

ANEXO I - Dados de ocorrências na UFSC 2007 a 2014

TIPO DE OCORRÊNCIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
FURTO (Bolsas, carteiras, mochilas)	42	26	73	17	44	29	44	37
FURTO PATRIMÔNIO	30	22	29	23	13	14	23	15
FURTO DE BICICLETAS	30	19	26	30	49	24	20	36
FURTO/ROUBO DE VEÍCULO	13	09	01	00	01	10**	07(rec 05)	03 (rec.)
ARROMBAMENTO VEÍCULO-CD	20	28	15	32 (1)	16(1)	09(1)	19(1)	05
ARROMBAMENTO INSTALAÇÕES	15	07	05	01	11	01	02	04
AMEAÇA	00	09	06	10	12	06	08	09
AGRESSÃO	07	08	07	08	03	06	08	08
APREENSÃO DE DROGAS	320g	60g	350g	60g	100g	80g	300g	90g
TRÁFICO	230g	200g	0g	0g	0g	0g	180g	00g
PERTURBAÇÃO	00	01	00	04	12	08	08	09
ROUBO	05	05	07	01	13	12	26	04

ROUBO A MÃO ARMADA	02	03	04	17**	07*	06*	05*	03*
TENTATIVA DE ABUSO SEXUAL/ASSEDIO	03	02	00	00	01	02	02	04
APREENSÃO DE ARMA DE FOGO	00	00	01	01	02	01	02	00
APREENSÃO ARMA BRANCA	00	10	03	02	08	03	05	04
SEQUESTRO	00	01	00	01	01	03	02	02
ESTELIONATO	01		01	00	01	00	00	01
APREENSÃO CRIANÇA/OU ADOLESCENTE	18	11	06	15	08	03	07	04
DETENÇÃO MAIOR DE IDADE	42	59	53	26	34	08	51	10
FURTO MOTOS	00	00	04	03	04	08*	01*	04*

DADOS ATUALIZADOS ATÉ 31/12/2014

(1) 80% durante festas no campus.

* Deram a entender que estavam armados

** 80% assaltos ocorridos na área externa ao campus.

* recuperadas, após serem utilizadas em assaltos.

** recuperados 07.

Fonte: OLIVEIRA, L.L, 2015^a

APÊNDICE I - Questionário

VITIMIZAÇÃO E SENTIMENTO DE SEGURANÇA DOS ALUNOS DO CFH/UFSC

Agradecemos sua participação. Clique em "enviar" ao final do questionário para que suas respostas sejam registradas.

PERFIL

Sexo:

Masculino

Feminino

Outro

Você se considera de cor ou raça:

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

Outra

Idade: (anos completos)

Você é:

Solteiro

Casado

União estável

Separado(a)/divorciado(a)

Viúvo(a)

Não sei

Quanto à orientação sexual, você se considera:

Heterossexual

Homossexual

Bissexual

Outra

Quanto à religião, você:

Tem religião e participa regularmente

Tem religião, mas não participa regularmente

Não tem religião

É ateu

Outra

Cidade de nascimento: (digite)

Estado de nascimento: (digite)

Atualmente, você mora em:

Florianópolis

São José

Biguaçu

Palhoça

Santo Amaro da Imperatriz

Gov. Celso Ramos

Antônio Carlos

Águas Mornas

São Pedro de Alcântara

Outra cidade

Você mora:

Só

Com parentes ou familiares

Com cônjuge

Com colegas da universidade

Outro

Mora em:

Casa

Apartamento/quitinete/flat

Outro/não sei

Regularmente, você vai para a universidade de:

Carro

Moto

Ônibus de linha

Van/lotação/ônibus fretado

Bicicleta

A pé

Carona

Outro

Sua principal fonte de renda provém de:

Trabalho fora da universidade

Auxílio familiar

Bolsa, estágio ou monitoria na universidade

Trabalho como servidor na universidade

Outro

Ano de ingresso na UFSC:

Antes de 2008

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

No semestre atual, a maioria das suas aulas são:

De manhã

De tarde

De noite

MEIOS DE INFORMAÇÃO

Quanto tempo você utiliza/acessa os seguintes meios de comunicação/informação?

	Até uma hora por dia	De 2 a 3 horas por dia	Mais de 3 horas por dia	Não utilizo
Televisão				
Internet – redes sociais				
Internet – blogs e páginas de notícias				
Jornais (impressos ou online)				
Revistas (impressas ou online)				
Rádio				
Outros				

Na TV, quanto você assiste:

	Assisto mais	Assisto pouco	Quase nada/não assisto
Telejornais/noticiários			
Documentários			
Seriados			
Novelas			
Filmes			
Outras			

SEGURANÇA E VITIMIZAÇÃO

O assunto segurança surgiu em alguma conversa que você teve com a sua família, amigos ou colegas nas últimas duas semanas?

Sim

Não

Não sei/não lembro

Nas últimas duas semanas, você leu ou assistiu alguma notícia sobre segurança?

Onde? (Múltipla escolha)

Telejornal/noticiário

Jornal/revista (impresso)

Internet – redes sociais

Internet – página de notícia ou blog

Outro meio de informação

Não vi

Não sei/não lembro

Quanto à SEGURANÇA, você se sente DURANTE O DIA:

	Seguro	Pouco seguro	Inseguro
Na sua casa			
No seu bairro			
Na universidade			

Quanto à SEGURANÇA, você se sente DURANTE A NOITE:

	Seguro	Pouco seguro	Inseguro
Na sua casa			
No seu bairro			
Na universidade			

DISCRIMINAÇÃO - Atitude adversa perante uma característica específica e/ou diferente. Uma pessoa pode ser discriminada por causa de sua raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, situação social, etc.

Nos últimos 12 meses, isso aconteceu com você ou com conhecido seu? (Se aconteceu mais de uma vez, refira-se ao evento mais recente)

Sim, comigo

Sim, com um familiar

Sim, com amigo (a)

Sim, com colega da universidade

Não

Isso ocorreu em que local?

Em casa

Na universidade

No local de trabalho

Em outro local

Não sei/não lembro

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco

Sim, médio

Sim, muito

Não

Não sei

Foi realizada denúncia do ocorrido junto a alguma autoridade responsável?

Sim

Não

Não sei

ABUSO OU OFENSA SEXUAL - Considerado quando alguém busca agarrar, tocar ou ofender outra pessoa de maneira sexualmente impulsiva

Nos últimos 12 meses, isso aconteceu com você ou com conhecido seu? (Se aconteceu mais de uma vez, refira-se ao evento mais recente)

Sim, comigo

Sim, com um familiar

Sim, com amigo (a)

Sim, com colega da universidade

Não

Nessa situação, a ofensa foi:

Verbal

Física

Ambas

Não sei/não lembro

Isso ocorreu em que local?

Em casa

Na universidade

No local de trabalho

Em outro local

Não sei/não lembro

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco

Sim, médio

Sim, muito

Não

Não sei

Foi realizada denúncia do ocorrido junto a alguma autoridade responsável?

Sim

Não

Não sei

AGRESSÃO FÍSICA OU AMEAÇA

Nos últimos 12 meses isso aconteceu com você ou conhecido seu? (Se aconteceu mais de uma vez, refira-se ao evento mais recente)

Sim, comigo

Sim, com um familiar

Sim, com amigo (a)

Sim, com colega da universidade

Não

Isso ocorreu em que local?

Em casa

Na universidade

No local de trabalho

Em outro local

Não sei/não lembro

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco

Sim, médio

Sim, muito

Não

Não sei

Foi realizada denúncia do ocorrido junto a alguma autoridade responsável?

Sim

Não

Não sei

VEÍCULO ROUBADO - Carro, caminhonete, motocicleta ou bicicleta levado
COM ameaça ou uso da força

Nos últimos 12 meses isso aconteceu com você ou algum conhecido seu? (Se
aconteceu mais de uma vez, refira-se evento mais recente).

Sim, comigo

Sim, com um familiar

Sim, com amigo (a)

Não

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco

Sim, médio

Sim, muito

Não

Não sei

VEÍCULO FURTADO - Carro, caminhonete, motocicleta ou bicicleta levado SEM ameaça ou uso da força

Nos últimos 12 meses isso aconteceu com você ou algum conhecido seu? (Se aconteceu mais de uma vez, refira-se evento mais recente).

Sim, comigo

Sim, com um familiar

Sim, com amigo (a)

Não

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco

Sim, médio

Sim, muito

Não

Não sei

ROUBO OU FURTO DE PROPRIEDADE PESSOAL - Objetos como notebook, telefone, carteira, relógio, joia, etc.

Nos últimos 12 meses isso aconteceu com você ou algum conhecido seu? (Se aconteceu mais de uma vez, refira-se evento mais recente).

Sim, comigo

Sim, com um familiar

Sim, com amigo (a)

Não

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco

Sim, médio

Sim, muito

Não

Não sei

ARROMBAMENTO OU VANDALISMO EM VEÍCULO - Arrombamento ou dano intencional em veículo

Nos últimos 12 meses isso ocorreu em seu veículo ou de algum conhecido? (Se aconteceu mais de uma vez, refira-se evento mais recente).

Sim, comigo
Sim, com um familiar
Sim, com amigo (a)
Não

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco
Sim, médio
Sim, muito
Não
Não sei

ARROMBAMENTO OU TENTATIVA DE ARROMBAMENTO EM RESIDÊNCIA

Nos últimos 12 meses isso aconteceu com você ou algum conhecido seu? (Se aconteceu mais de uma vez, refira-se evento mais recente).

Sim, comigo
Sim, com um familiar
Sim, com amigo (a)
Não

Esse ocorrido alterou de alguma maneira seu comportamento ou sua rotina?

Sim, um pouco
Sim, médio
Sim, muito
Não
Não sei

Obrigado, sua resposta foi registrada! O sigilo e anonimato estão garantidos.